

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	18
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	93
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	326
Preferenciais	0
Total	326

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.735.911	2.622.689
1.01	Ativo Circulante	660.621	866.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.115	92.144
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	2.115	92.144
1.01.03	Contas a Receber	60.249	101.299
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	60.249	101.299
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	339	19
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	59.878	92.049
1.01.03.02.03	Outros créditos	32	9.231
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.074	12.267
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.074	12.267
1.01.07	Despesas Antecipadas	102	108
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	102	108
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	588.081	660.865
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	588.081	660.865
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	588.081	660.865
1.02	Ativo Não Circulante	2.075.290	1.756.006
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	149.080	37.454
1.02.01.03	Contas a Receber	162	162
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	162	162
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	148.918	37.292
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	148.918	37.292
1.02.02	Investimentos	1.766.281	1.558.313
1.02.02.01	Participações Societárias	1.766.281	1.558.313
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.766.281	1.558.313
1.02.03	Imobilizado	9.915	10.110
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.915	10.110
1.02.04	Intangível	150.014	150.129
1.02.04.01	Intangíveis	150.014	150.129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.735.911	2.622.689
2.01	Passivo Circulante	469.153	424.332
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.420	2.675
2.01.01.01	Obrigações Sociais	239	555
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.181	2.120
2.01.02	Fornecedores	646	733
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	646	733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	227.312	358.128
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	133.483	94.503
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	133.483	94.503
2.01.04.02	Debêntures	93.829	263.625
2.01.04.02.01	Debêntures	93.829	93.751
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	0	169.874
2.01.05	Outras Obrigações	236.775	62.796
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	203.023	55.296
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	203.023	55.296
2.01.05.02	Outros	33.752	7.500
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.000	0
2.01.05.02.05	Outros débitos	3.752	7.500
2.02	Passivo Não Circulante	965.212	883.217
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	743.038	664.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	90.648	9.274
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	90.648	9.274
2.02.01.02	Debêntures	652.390	654.742
2.02.01.02.01	Debêntures	652.390	654.742
2.02.02	Outras Obrigações	0	3.250
2.02.02.02	Outros	0	3.250
2.02.02.02.03	Contrato de aquisição de ativos	0	3.250
2.02.04	Provisões	222.174	215.951
2.02.04.02	Outras Provisões	222.174	215.951
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	222.174	215.951
2.03	Patrimônio Líquido	1.301.546	1.315.140
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-298.534	-297.367
2.03.02.07	Reservas de capital	-298.534	-297.367
2.03.03	Reservas de Reavaliação	130.377	137.985
2.03.04	Reservas de Lucros	254.697	245.174
2.03.04.01	Reserva Legal	28.840	28.840
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	225.857	216.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	372.027	386.369

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.788	120.955	7.017	212.453
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.030	-21.662	-8.601	-17.733
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.435	-6.334	-3.839	-6.543
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-4.031	-6.842	-1.654	-4.492
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.767	-6.881	-2.288	-5.058
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-117	-245	-135	-268
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-82	-164	0	0
3.04.02.06	Amortização do Ágio sobre Investimentos	-598	-1.196	-685	-1.372
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.196	13.252	10.297	17.036
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	9.196	13.252	10.297	17.036
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.829	-16.908	-362	-754
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1.092	-2.171	-362	-754
3.04.05.02	Outras Despesas Não Recorrentes	-14.737	-14.737	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.875	146.273	5.683	213.904
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.875	146.273	5.683	213.904
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.788	120.955	7.017	212.453
3.06	Resultado Financeiro	-54.704	-103.382	-42.268	-80.674
3.06.01	Receitas Financeiras	1.226	6.614	2.095	4.614
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.226	6.614	2.095	4.614
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.930	-109.996	-44.363	-85.288
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-55.930	-109.996	-44.363	-85.288
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-70.492	17.573	-35.251	131.779
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-70.492	17.573	-35.251	131.779
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-70.492	17.573	-35.251	131.779
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,40052	0,09985	0,20029	0,74874

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-70.492	17.573	-35.251	131.779
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.895	21.950	9.132	18.269
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	3.724	7.608	5.843	11.525
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.171	14.342	7.764	15.527
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	-4.475	-8.783
4.03	Resultado Abrangente do Período	-59.597	39.523	-26.119	150.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.339	107.264
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.853	-13.223
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	17.573	131.779
6.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	245	268
6.01.01.03	Amortização do Intangível	1.360	1.372
6.01.01.04	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	86.500	72.933
6.01.01.05	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	5.742	-717
6.01.01.06	Pagamento Baseado em Ações	0	-4.954
6.01.01.07	Resultado de Equivalência Patrimonial	-146.273	-213.904
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	1.076	0
6.01.01.09	Amortização de custos na emissão de debêntures	3.186	0
6.01.01.10	Perda na baixa de investimentos	14.738	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.738	80.758
6.01.02.01	Contas a receber empresas ligadas, operações não comerciais	0	86.356
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	2.193	-1.951
6.01.02.03	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	8.885	-1.023
6.01.02.04	Fornecedores	-87	564
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.061	777
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	-316	-222
6.01.02.07	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-6.998	-3.743
6.01.03	Outros	-13.224	39.729
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.385	-257.900
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-210.289	-423.223
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	165.371	183.681
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-50	-146
6.02.04	Adições ao Ativo Intangível	-6.417	-18.212
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.305	229.326
6.03.02	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-109.605	-3.755
6.03.03	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	239.071	44.039
6.03.04	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	7	0
6.03.05	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.131	-1.579
6.03.06	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	169.276	285.885
6.03.07	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-266.564	-75.671
6.03.08	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-44.192	-19.593
6.03.09	Compra de ações em tesouraria	-1.167	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-90.029	78.690
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.144	36.108
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.115	114.798

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.167	-30.000	0	0	-31.167
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.167	0	0	0	-1.167
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.000	0	0	-30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.573	0	17.573
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.573	0	17.573
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	39.523	-17.573	-21.950	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	879	-879	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.608	-7.608	0
5.06.05	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	14.342	-14.342	0
5.06.06	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	38.644	-38.644	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-298.534	254.697	0	502.404	1.301.546

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.04.09	Ágio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.779	8.783	140.562
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.779	0	131.779
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.783	8.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	158.831	-131.779	-27.052	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	158.831	-158.831	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.525	-11.525	0
5.06.05	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	15.527	-15.527	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	777.807	0	534.015	2.135.705

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	35.202	44.059
7.01.02	Outras Receitas	35.202	44.059
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	21.950	27.052
7.01.02.02	Outras Receitas	13.252	17.007
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.916	-6.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.008	-6.262
7.02.04	Outros	-16.908	-725
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.286	37.072
7.04	Retenções	-1.605	-1.640
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.605	-1.640
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.681	35.432
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	152.887	218.518
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	146.273	213.904
7.06.02	Receitas Financeiras	6.614	4.614
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.568	253.950
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.568	253.950
7.08.01	Pessoal	11.352	8.331
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.221	7.482
7.08.01.02	Benefícios	650	612
7.08.01.03	F.G.T.S.	481	237
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.410	1.250
7.08.02.01	Federais	2.371	1.219
7.08.02.02	Estaduais	2	4
7.08.02.03	Municipais	37	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	110.283	85.538
7.08.03.01	Juros	110.044	85.333
7.08.03.02	Aluguéis	239	205
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.523	158.831
7.08.04.02	Dividendos	39.523	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	158.831

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.733.143	5.494.972
1.01	Ativo Circulante	973.069	663.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.461	188.209
1.01.02	Aplicações Financeiras	30.769	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	30.769	0
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	30.769	0
1.01.03	Contas a Receber	687.274	415.441
1.01.03.01	Clientes	52.607	56.308
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	634.667	359.133
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	17.076	0
1.01.03.02.02	Indenização a receber - aditivos	617.591	359.133
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.038	32.973
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.038	32.973
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.262	6.317
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	10.262	6.317
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.265	20.480
1.01.08.03	Outros	17.265	20.480
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	14.909	8.876
1.01.08.03.02	Outros créditos	2.356	11.604
1.02	Ativo Não Circulante	5.760.074	4.831.552
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.978.433	1.887.813
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	68	68
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	68	68
1.02.01.03	Contas a Receber	7.002	7.002
1.02.01.03.01	Clientes	7.002	7.002
1.02.01.06	Tributos Diferidos	162.531	134.231
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	162.531	134.231
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.390	3.871
1.02.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	3.390	3.871
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	61.148	40.318
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	61.148	40.318
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.744.294	1.702.323
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.709.331	1.667.943
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.658	3.163
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	3.001	2.990
1.02.01.09.05	Outros Créditos	23.304	28.227
1.02.02	Investimentos	693.385	671.408
1.02.02.01	Participações Societárias	693.385	671.408
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	693.272	671.333
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	113	75
1.02.03	Imobilizado	79.549	73.792
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	79.549	73.792
1.02.04	Intangível	3.008.707	2.198.539
1.02.04.01	Intangíveis	3.008.707	2.198.539

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.733.143	5.494.972
2.01	Passivo Circulante	2.506.159	1.337.022
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.523	17.204
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.523	17.204
2.01.02	Fornecedores	207.213	65.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	207.213	65.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.385	37.646
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.755.635	913.059
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.182.944	697.684
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.182.944	697.684
2.01.04.02	Debêntures	571.283	214.701
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.408	674
2.01.05	Outras Obrigações	464.550	294.280
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.750	10.755
2.01.05.02	Outros	403.800	283.525
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.544	26.070
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	882	71.364
2.01.05.02.06	Outros débitos	12.297	16.217
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	359.077	169.874
2.01.06	Provisões	7.853	9.786
2.01.06.02	Outras Provisões	7.853	9.786
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	0	9.786
2.02	Passivo Não Circulante	2.787.144	2.724.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.425.592	1.570.374
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	274.841	329.835
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	274.841	329.835
2.02.01.02	Debêntures	1.148.930	1.239.519
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.821	1.020
2.02.02	Outras Obrigações	63.696	16.575
2.02.02.02	Outros	63.696	16.575
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	0	3.250
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	8.851	3.321
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	7.607	9.264
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	47.238	740
2.02.03	Tributos Diferidos	279.147	196.825
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	279.147	196.825
2.02.04	Provisões	120.736	82.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.538	2.782
2.02.04.02	Outras Provisões	117.198	79.393
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	117.150	79.345
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	897.973	858.185
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.439.840	1.433.816
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-298.534	-297.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.07	Reservas de Capital	-298.534	-297.367
2.03.03	Reservas de Reavaliação	130.377	137.985
2.03.04	Reservas de Lucros	254.697	245.174
2.03.04.01	Reserva Legal	28.840	28.840
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	225.857	216.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	372.027	386.369
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	138.294	118.676

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	582.508	1.374.566	419.420	661.314
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-439.884	-906.227	-309.917	-464.797
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-16.218	-28.679	-13.555	-30.760
3.02.02	Custo de Manutenção - IAS 37	0	0	3.388	3.388
3.02.03	Custo de Construção	-343.592	-718.393	-226.761	-304.087
3.02.04	Operação Portuária	0	0	-256	-368
3.02.05	Operação de Energia	-392	-2.499	-4.148	-4.148
3.02.07	Custo com Pessoal	-15.015	-28.567	-10.848	-19.544
3.02.08	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-243	-442	-179	-360
3.02.10	Amortização do Intangível (Custo)	-44.759	-88.820	-40.130	-69.071
3.02.11	Amortização do Intangível (Mais Valia)	-12.435	-25.898	-10.094	-28.699
3.02.12	Remuneração do Poder Concedente	-7.230	-12.929	-7.334	-11.148
3.03	Resultado Bruto	142.624	468.339	109.503	196.517
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.273	-59.335	-12.093	-20.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.795	-72.659	-26.665	-57.591
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-18.589	-29.457	-10.529	-24.575
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-6.594	-12.640	-6.973	-12.100
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-13.398	-24.456	-6.784	-16.401
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-980	-1.808	-611	-1.046
3.04.02.06	Amortização do Intangível (Custo)	-1.636	-3.102	0	0
3.04.02.08	Amortização de Ágio sobre Investimento	-598	-1.196	-1.768	-3.469
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.168	30.248	5.592	12.450
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	10.168	30.248	5.592	12.450
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.965	-27.150	-335	-893
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.289	-6.521	-335	-893
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-14.676	-20.629	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.319	10.226	9.315	25.155
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.351	409.004	97.410	175.638

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.06	Resultado Financeiro	-132.824	-247.677	-58.725	-112.360
3.06.01	Receitas Financeiras	9.397	16.518	9.835	13.156
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.397	16.518	9.835	13.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-142.221	-264.195	-68.560	-125.516
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-142.221	-263.448	-68.560	-125.516
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	0	-747	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-36.473	161.327	38.685	63.278
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.182	-105.749	-18.946	-29.864
3.08.01	Corrente	-25.648	-36.148	-9.976	-25.005
3.08.02	Diferido	7.466	-69.601	-8.970	-4.859
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-54.655	55.578	19.739	33.414
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-14.381	7.216	-41.875	114.162
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-14.381	7.216	-41.875	114.162
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-69.036	62.794	-22.136	147.576
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-70.492	17.573	-35.251	131.779
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.456	45.221	13.115	15.797
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-69.036	62.794	-22.136	147.576
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.895	21.950	9.132	18.269
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	3.724	7.608	5.843	11.525
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.171	14.342	7.764	15.527
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	-4.475	-8.783
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-58.141	84.744	-13.004	165.845
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-59.597	39.523	-26.119	150.048
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.456	45.221	13.115	15.797

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	349.542	323.223
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	478.919	187.675
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	17.573	131.779
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	69.601	4.859
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	2.250	1.349
6.01.01.05	Amortização do Intangível	119.016	99.835
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	16.242	1.634
6.01.01.07	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	213.388	93.381
6.01.01.08	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	2.040	-3.272
6.01.01.09	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	756	-955
6.01.01.11	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-1.657	-1.618
6.01.01.12	Participação de Acionistas não Controladores	45.221	0
6.01.01.13	Participações Destinadas a Venda	0	-173.119
6.01.01.14	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.226	-25.155
6.01.01.15	Participações descontinuadas	0	58.957
6.01.01.16	Amortização de Custos na Emissão de Debêntures	4.715	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-129.377	135.548
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	3.701	-78.727
6.01.02.02	Contas a Receber empresas ligadas, operações não comerciais	135	90.288
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-3.076	-2.644
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-287.579	58.811
6.01.02.05	Fornecedores	142.166	11.355
6.01.02.06	Contas a Pagar empresas ligadas, operações comerciais	19.048	0
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.319	3.009
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	18.251	465
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	36.148	25.005
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-31.409	-32.735
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-38.081	60.721
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-632.607	-454.647
6.02.01	Investimentos em controladas	-48.762	-250.014
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	8.082	183.681
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-4.165	-10.308
6.02.04	Adições ao Ativo Intangível	-587.762	-378.006
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	286.317	315.173
6.03.02	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-48.027	0
6.03.03	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	55.796	41.697
6.03.04	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	7	1.164
6.03.05	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-471	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.03.06	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	1.293.495	434.195
6.03.07	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-845.119	-118.585
6.03.08	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-142.127	-43.298
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-26.070	0
6.03.10	Recompra de ações	-1.167	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.252	183.749
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	188.209	50.668
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.461	234.417

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140	118.676	1.433.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140	118.676	1.433.816
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.167	-30.000	0	0	-31.167	-25.603	-56.770
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.167	0	0	0	-1.167	0	-1.167
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.000	0	0	-30.000	-25.603	-55.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.573	0	17.573	45.221	62.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.573	0	17.573	45.221	62.794
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	39.523	-17.573	-21.950	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	879	-879	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.608	-7.608	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	14.342	-14.342	0	0	0
5.06.06	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	38.644	-38.644	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-298.534	254.697	0	502.404	1.301.546	138.294	1.439.840

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097	139.491	2.139.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097	139.491	2.139.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.04.09	Ágio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.779	8.783	140.562	-20.916	119.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.779	0	131.779	-20.916	110.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.783	8.783	0	8.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	158.831	-131.779	-27.052	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	158.831	-158.831	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.525	-11.525	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	15.527	-15.527	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	777.807	0	534.015	2.135.705	118.575	2.254.280

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	1.474.485	753.349
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	411.095	350.020
7.01.02	Outras Receitas	63.336	60.371
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	21.950	27.885
7.01.02.02	Outras Receitas	41.386	32.486
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.000.054	342.958
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-800.078	-360.135
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.308	-39.652
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.684	-66.373
7.02.04	Outros	-744.086	-254.110
7.02.04.01	Custo de Construção	-718.393	-252.910
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-25.693	-1.200
7.03	Valor Adicionado Bruto	674.407	393.214
7.04	Retenções	-121.266	-102.647
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-121.266	-102.647
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	553.141	290.567
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.744	38.314
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.226	25.155
7.06.02	Receitas Financeiras	16.518	13.159
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	579.885	328.881
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	579.885	328.881
7.08.01	Pessoal	55.614	43.621
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.970	34.297
7.08.01.02	Benefícios	9.320	6.907
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.366	1.685
7.08.01.04	Outros	958	732
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.855	93.811
7.08.02.01	Federais	136.176	74.413
7.08.02.02	Estaduais	4.795	150
7.08.02.03	Municipais	20.884	19.248
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	284.888	130.983
7.08.03.01	Juros	260.756	123.645
7.08.03.02	Aluguéis	6.778	6.211
7.08.03.03	Outras	17.354	1.127
7.08.03.03.01	Remuneração do Poder Concedente	12.929	0
7.08.03.03.02	Outras	4.425	1.127
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.744	174.628
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.523	158.831
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	45.221	15.797
7.08.05	Outros	-7.216	-114.162
7.08.05.01	Lucro (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-7.216	-114.162


Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.06.2015

Novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia, no primeiro trimestre de 2013. A administração da Companhia avaliou essas novas normas, CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto, e apresenta os efeitos a seguir.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil (22,95%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos) e 15,79% na Vetria. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação de acordo com o CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto – Joint Venture (IAS 31).

Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia considerou tais investimentos como controles em conjunto (joint ventures, sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial).

CONSOLIDADO

A receita bruta cresceu 103,9%, de R\$ 696,8 milhões no 6M14 para R\$ 1.420,9 milhões no 6M15. A variação deve-se principalmente ao:

- ① Aumento da receita de construção de ativos de concessão, que reflete os investimentos feitos nas concessões sem efeito caixa, em +191,6% (R\$1,0 bilhão no 6M15), em função dos aditivos da Concer e Triunfo Concepa;
- ① Crescimento da receita de arrecadação de pedágio, em função dos reajustes tarifários que ocorreram no segundo semestre de 2014: (i) 12,5% na Concer (7,2% de revisão + 5,3% de reequilíbrio), (ii) 10% na Triunfo Concepa (6,5% de revisão e 3,5% de reequilíbrio) e (iii) 13,1% na Triunfo Econorte (4,9% de revisão e 8,2% de reequilíbrio);

A receita líquida ajustada, excluindo construção de ativos das concessões, atingiu R\$ 374,5 milhões, +17,6% superior à receita líquida registrada no 6M14 de R\$ 318,3 milhões.

Receita Operacional (R\$ mil)	6M15	6M14	Δ
Arrecadação de Pedágio	404.069	340.810	18,6%
Construção de Ativos das Concessões	1.000.054	342.958	191,6%
Operação Portuária - Carga Própria	-	2.492	n/c
Geração e Venda de Energia	7.026	6.718	4,6%
Outras Receitas	9.795	3.801	157,7%
Receita Operacional Bruta (ROB)	1.420.944	696.779	103,9%
Deduções da Receita Bruta	(46.378)	(35.465)	30,8%
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.374.566	661.314	107,9%
Construção de Ativos das Concessões	1.000.054	342.958	191,6%
Receita Operacional Líquida Ajustada	374.512	318.356	17,6%




Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção e depreciação e amortização, atingiram R\$ 72,7 milhões no 6M15 (+10,2%). As despesas operacionais (caixa) consolidadas registraram R\$ 63,5 milhões (+52,8%).

O resultado se deve, principalmente, devido a implantação pela Companhia da estrutura administrativa de novos negócios entre os períodos, especificamente da Triunfo Concebra e Triunfo Transbrasiliana, impulsionando o aumento no custo com pessoal e despesas com pessoal de 46,2% e 49,1%, respectivamente. Adicionalmente, a implantação da Triunfo Concebra e Triunfo Transbrasiliana impulsionou o aumento de 19,9% nas despesas gerais e administrativas do período.

Custos Operacionais (R\$ mil)	6M15	6M14	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(28.679)	(30.760)	-6,8%
Operação Portuária	-	(368)	n/c
Comercialização de Energia	(2.499)	(4.148)	-39,8%
Custo com Pessoal	(28.567)	(19.544)	46,2%
Obrigações da Concessão	(12.929)	(11.148)	16,0%
Custo Caixa	(72.674)	(65.968)	10,2%
Depreciação e Amortização	(115.160)	(98.130)	17,4%
Custo de Construção	(718.393)	(304.087)	136,2%
Provisão para Manutenção - IAS 37	0	3.388	n/c
Custo Operacional Total	(906.227)	(464.797)	95,0%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	6M15	6M14	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(29.457)	(24.575)	19,9%
Remuneração dos Administradores	(12.640)	(12.100)	4,5%
Despesas com Pessoal	(24.456)	(16.401)	49,1%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	3.098	11.557	-73,2%
Despesas Caixa	(63.455)	(41.519)	52,8%
Depreciação e Amortização	(6.106)	(4.515)	35,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.226	25.155	-59,3%
Despesa Operacional Total	(59.335)	(20.879)	184,2%

LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O resultado financeiro totalizou R\$ 247,7 milhões de despesa no 6M15, aumento de 120,4% comparado aos R\$ 112,4 milhões de despesa financeira no 6M14, principalmente em função de:

- ① Novas captações feitas para financiar as obras dos aditivos da Triunfo Concebra e da Concer e os investimentos na Triunfo Concebra;
- ① Pagamento de juros/remuneração referentes à 3ª e à 4ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis.




Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



O Lucro Líquido do semestre foi de R\$ 17,6 milhões e o Lucro Base Dividendos do período foi de R\$ 38,6 milhões.

Lucro Líquido (R\$ mil)	6M15	6M14	Δ
Lucro Operacional	409.004	175.638	132,9%
Resultado Financeiro	(247.677)	(112.360)	120,4%
Receitas Financeiras	16.518	13.156	25,6%
Despesas Financeiras	(264.195)	(125.516)	110,5%
Resultado Antes dos Impostos	161.327	63.278	154,9%
Impostos Sobre Lucro	(105.749)	(29.864)	254,1%
Impostos Correntes	(36.148)	(25.005)	44,6%
Impostos Diferidos	(69.601)	(4.859)	1332,4%
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	10.357	17.617	-41,2%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	7.216	114.162	-93,7%
Participação de Acionistas Não Controladores	(45.221)	(15.797)	186,3%
Participação de Acionistas Controladores	62.794	147.576	-57,4%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	17.573	131.779	-86,7%

Base de Dividendos (R\$ mil)	6M15	6M14	Δ
Lucro líquido	17.573	131.779	-86,7%
Realização da reserva de reavaliação reflexa	7.608	11.525	-34,0%
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	14.342	15.527	-7,6%
Constituição da reserva legal (5%)	(879)	(6.589)	-86,7%
Lucro base de dividendos	38.644	152.242	-74,6%

O Lucro Base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período pela realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação de ativos, bem como pela constituição da reserva legal.



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de junho de 2015 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está

Notas Explicativas

previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana"), tem como objeto realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba"), Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") e Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas

Notas Explicativas

que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Geração de energia elétrica

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da UHE Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2015, a Companhia manteve negociações de venda, sendo efetuado processo de “*due dilligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a

Notas Explicativas

Companhia continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar

Notas Explicativas

a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Tijóá

A Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Tijóá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%).

Em 10 de setembro de 2014 a Tijóá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Triunfo concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijóá.

Outros

Em 30 de junho de 2015, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$10.307.

Notas Explicativas

iv) Administração de portos

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.

Vetria

Foi celebrado em 25 de março de 2015 o Contrato de Dissociação, visando resolver a associação estratégica que pretendia criar um sistema integrado de mina-ferrovia-porto, através da Vetria Mineração S.A.

O Contrato de Dissociação tem por objetivo regradar as obrigações das partes até que se dê o efetivo desfazimento da associação estratégica, quando a Triunfo e a ALL deixarão de ser acionistas da Vetria, que passará a ser subsidiária integral da Vetorial Participações S.A.

A eficácia do Contrato de Dissociação está condicionada a implementação de algumas condições suspensivas, além da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que ocorreu em 17 de julho 2015.

v) Administração de aeroportos

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Notas Explicativas

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, restando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passou a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passou a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Notas Explicativas

Em 15 de julho de 2014, a Aeroportos Brasil Viracopos apresentou à ANAC revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em 28 de julho de 2014, a investida recebeu auto de infração da ANAC, sem imputar valores, em que o regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Aeroportos Brasil Viracopos apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que está sob análise da ANAC. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias, nenhuma penalidade foi imposta à investida.

Em 14 de outubro de 2014 a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos iniciou a operação dos voos comerciais no Novo Terminal de Passageiros. A quantidade de voos internacionais por semana passou de 7 para 38 em dezembro. As obras da primeira fase de ampliação do aeroporto finalizaram em dezembro de 2014 e a transferência dos voos do antigo para o novo terminal ocorrerá de forma gradual até final do segundo semestre de 2015.

b) Eventos relevantes ocorridos no segundo trimestre de 2015

i) *Pagamento de Juros da 4ª Emissão de Debêntures – Triunfo*

Em 15 de abril de 2015, a Triunfo efetuou o pagamento de juros no valor de R\$681,464530 por debênture, referente à 1ª série das debêntures da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, totalizando R\$5,5 milhões.

ii) *Reajuste Extraordinário da Tarifa de pedágio – Concebra*

Em 22 de abril de 2015, foi autorizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a 1ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio da BR-060/153/262/DF/GO/MG. O acréscimo na tarifa foi de 2,33% e a nova tarifa passa de R\$ 0,028 para R\$ 0,029 por cada quilômetro percorrido. A revisão tarifária deve-se à inclusão de novas obras de retornos em nível que não estavam previstas no contrato de concessão.

Os reajustes entraram em vigor a partir do início da cobrança do pedágio, que ocorreu em 27 de junho de 2015.

iii) *3ª emissão de Debêntures - Econorte*

Em 19 de maio de 2015, a controlada Econorte concluiu a captação de R\$248,6 milhões, através de sua 3ª emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão será corrigida por CDI mais spread de 1,90% a.a., e os recursos serão utilizados para recompor o caixa da investida. Na mesma data a Econorte liquidou a 2ª emissão de debêntures no valor de R\$68,9 milhões.

Notas Explicativas

iv) Emissão de Cédula de Crédito Bancário – Triunfo

Em 9 de junho de 2015, a Triunfo concluiu a captação de recursos, através da Emissão de Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$83,0 milhões. A emissão será corrigida por CDI mais um spread de 3,5% a.a., com prazo de vencimento de 15 meses. Os recursos foram utilizados para recompor o caixa da Companhia.

v) Amortização e pagamento de juros da 3ª Emissão de Debêntures – Triunfo

Em 15 de junho de 2015, a Triunfo realizou a 1ª amortização no valor de R\$439.613,417229 (em Reais) por debênture, sendo R\$322.559,655000 (em Reais) correspondentes à amortização do principal e R\$117.053,762229 (em Reais) referentes a ex-juros a partir 15 de junho de 2015. O valor total do pagamento foi de R\$79,1 milhões referentes a 180 debêntures emitidas, sendo R\$58,0 milhões referentes à amortização do principal e R\$21,1 milhões referentes aos juros.

vi) Início da cobrança de pedágio – Concebra

A partir da zero hora do dia 27 de junho de 2015, a Concebra iniciou a cobrança de pedágio com uma tarifa média paga pelo usuário de R\$4,07 para cada 100 km. A cobrança foi autorizada após a vistoria e aprovação da ANTT das obras de construção nas praças de pedágio e da duplicação de 65km correspondentes a 10% do trecho total a ser duplicado pela concessionária.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 11 de agosto de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de junho de 2015, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2015. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	30/06/15		31/12/14	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	Controlada	100,0	-	-	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (v)	Controlada	-	100,0	-	-
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (vi)	Controlada	-	100,0	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	-	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	-	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (v)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (vii)	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	50,1
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	50,1
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra")	Controlada	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística ("Vessel")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (iv)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	Controlada em conjunto	50,0	-	50,0	-
ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT")	Controlada em conjunto	50,0	-	50,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	Controlada	100,0	-	100,0	-

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.

(ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.

(iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.

(iv) A controlada Vessel detém 100,0% de participação na controlada LLP.

(v) A controlada Dable detém 100,0% de participação na controlada BRVias Holding TBR.

(vi) A controlada BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.

(vii) A controlada em conjunto ABV detém 100,0% de participação na Viracopos Estacionamentos.

Notas Explicativas

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 30 de junho de 2015 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Concebra</u>	<u>Rio Parnaíba</u>
Ativo circulante	56.898	4.792	303.677	4.728	655.124	7.296	20.928	1.499
Ativo não circulante	356.390	21.214	225.517	32.940	796.262	3.780	1.205.153	54.117
Total do ativo	413.288	26.006	529.194	37.668	1.451.386	11.076	1.226.081	55.616
Passivo circulante	39.789	23.237	314.544	22.667	777.538	3.956	733.009	51.551
Passivo não circulante	294.032	31	78.477	-	311.791	387	100.181	6.053
Patrimônio líquido	79.467	2.738	136.173	15.001	362.057	6.733	392.891	(1.988)
Total do passivo e patrimônio líquido	413.288	26.006	529.194	37.668	1.451.386	11.076	1.226.081	55.616
Receita operacional líquida	99.709	30.991	266.503	24.407	572.237	27.046	366.084	-
Custo dos serviços prestados	(73.742)	(15.748)	(178.098)	(7.384)	(317.006)	(10.459)	(354.940)	-
Lucro bruto	25.967	15.243	88.405	17.023	255.231	16.587	11.144	-
Despesas operacionais, líquidas	(8.013)	(2.678)	(7.416)	(1.578)	(15.468)	(1.109)	(3.979)	(1.985)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	17.954	12.565	80.989	15.445	239.763	15.478	7.165	(1.985)
Resultado financeiro, líquido	(20.402)	889	(22.195)	(30)	(58.207)	(45)	(1.220)	1.828
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(2.448)	13.454	58.794	15.415	181.556	15.433	5.945	(157)
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	(2.383)	(1.814)	(7.141)	(979)	(19.303)	(1.001)	-	-
Diferidos	3.480	-	(10.480)	-	(56.095)	-	(2.033)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.351)	11.640	41.173	14.436	106.158	14.432	3.912	(157)

	<u>Maestra</u>	<u>NTL</u>	<u>Vessel</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>	<u>Transbrasiliana</u>	<u>BRVias Holding TBR</u>	<u>Dable</u>
Ativo circulante	2.977	8.484	8.731	51	-	-	19.031	233	1
Ativo não circulante	7.758	77.013	103.118	14.877	-	-	470.598	135.523	61.273
Total do ativo	10.735	85.497	111.849	14.928	-	-	489.629	135.756	61.274
Passivo circulante	154.642	23.093	111.319	2	401	-	160.573	17.027	-
Passivo não circulante	14.992	3.693	61.368	-	-	-	193.533	57.456	35.563
Patrimônio líquido	(158.899)	58.711	(60.838)	14.926	(401)	-	135.523	61.273	25.711
Total do passivo e patrimônio líquido	10.735	85.497	111.849	14.928	-	-	489.629	135.756	61.274
Receita operacional líquida	28.336	-	-	-	-	-	71.244	-	-
Custo dos serviços prestados	(8.897)	-	-	-	-	-	(54.748)	-	-
Lucro bruto	19.439	-	-	-	-	-	16.496	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(1.442)	(7.002)	(3.511)	(20)	-	-	11.988	9.963	3.329
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	17.997	(7.002)	(3.511)	(20)	-	-	28.484	9.963	3.329
Resultado financeiro, líquido	(7.921)	(1.997)	(11.835)	-	-	-	(13.659)	(6.633)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	10.076	(8.999)	(15.346)	(20)	-	-	14.825	3.330	3.329
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(2.386)	-	-	-	-	-	(388)	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	(4.473)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.690	(8.999)	(15.346)	(20)	-	-	9.964	3.330	3.329

Notas Explicativas**b) Segmento portuário**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>
Ativo circulante	76.334	6.060	2.055	100.217
Ativo não circulante	1.566.039	10.302	9.366	190.523
Total do ativo	1.642.373	16.362	11.421	290.740
Passivo circulante	125.614	1.751	3.058	206.279
Passivo não circulante (i)	788.635	18.237	27	-
Patrimônio líquido (i)	728.124	(3.626)	8.336	84.461
Total do passivo e patrimônio líquido	1.642.373	16.362	11.421	290.740
Receita operacional líquida	170.048	9.826	17.897	-
Custo dos serviços prestados	(98.962)	(8.613)	(5.545)	-
Lucro bruto	71.086	1.213	12.352	-
Receitas (despesas) operacionais	(13.090)	(642)	(2.509)	8.728
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	57.996	571	9.843	8.728
Resultado financeiro, líquido	(37.173)	28	(51)	(2.265)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	20.823	599	9.792	6.463
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(12.054)	(159)	(2.056)	-
Diferidos	8.538	(75)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.307	365	7.736	6.463

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Terlip</u>
Ativo circulante	-	39.857	-	27.181
Ativo não circulante	70.852	117.649	20.792	1.114
Total do ativo	70.852	157.506	20.792	28.295
Passivo circulante	-	15.251	-	129
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	70.852	142.255	20.792	28.166
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	157.506	20.792	28.295
Receita operacional líquida	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	-	3.396	(19)	(50)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	3.396	(19)	(50)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	(3)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	3.396	(19)	(53)
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	3.396	(19)	(53)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, TPB e Terlip não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas**c) Energia e outros**

	<u>Rio Verde</u>	<u>Rio Canoas</u>	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>
Ativo circulante	34.952	33.909	2.647	93.333	-	-
Ativo não circulante	518.318	1.078.999	10.882	6	8.892	2.674
Total do ativo	553.270	1.112.908	13.529	93.339	8.892	2.674
Passivo circulante	46.116	135.051	3.554	356	-	-
Passivo não circulante (i)	349.401	547.529	-	38.396	-	-
Patrimônio líquido (i)	157.753	430.328	9.975	54.587	8.892	2.674
Total do passivo e patrimônio líquido	553.270	1.112.908	13.529	93.339	8.892	2.674
Receita operacional líquida	57.571	98.152	6.520	73.924	-	-
Custos dos serviços prestados	(40.435)	(62.081)	(3.653)	(73.920)	-	-
Lucro bruto	17.136	36.071	2.867	4	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(3.358)	(3.099)	(573)	(133)	(20)	(20)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	13.778	32.972	2.294	(129)	(20)	(20)
Resultado financeiro, líquido	(8.914)	(26.919)	2	(2.870)	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	4.864	6.053	2.296	(2.999)	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(2.393)	(2.139)	(753)	-	-	-
Diferidos	831	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.302	3.914	1.543	(2.999)	(20)	(20)

	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>	FIP <u>Constantinopla</u>	<u>Tijóá</u>	<u>CSE</u>
Ativo circulante	-	-	-	44	24.837	3.725
Ativo não circulante	2.865	2.755	4.263	9.774	1.233	944
Total do ativo	2.865	2.755	4.263	9.818	26.070	4.669
Passivo circulante	-	-	-	128	10.256	975
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	2.865	2.755	4.263	9.690	15.814	3.694
Total do passivo e patrimônio líquido	2.865	2.755	4.263	9.818	26.070	4.669
Receita operacional líquida	-	-	-	-	44.525	2.420
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	(38.399)	(1.639)
Lucro bruto	-	-	-	-	6.126	781
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(78)	(53)	(45)	842	(1.529)	(1.126)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(78)	(53)	(45)	842	4.597	(345)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	482	132
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(78)	(53)	(45)	842	5.079	(213)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	-	(1.928)	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(78)	(53)	(45)	842	3.151	(213)

Notas Explicativas

	<u>Rio</u> <u>Dourado</u>	<u>Juno</u>	<u>ACT</u>	<u>ATTT</u>	<u>Venus</u>	<u>Mercurio</u>	<u>Netuno</u>	<u>Minerva</u>	<u>Trevally</u>
Ativo circulante	-	-	603	-	1	1	1	1	1
Ativo não circulante	-	-	190	131	-	-	-	-	-
Total do ativo	-	-	793	131	1	1	1	1	1
Passivo circulante	-	-	613	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	-	-	180	131	1	1	1	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	793	131	1	1	1	1	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	(3)	(3.223)	-	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(3)	(3.223)	-	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	-	(3)	(3.233)	-	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Prejuízo do período	-	(3)	(3.233)	-	(1)	(1)	(1)	(1)	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

As companhias ACT, Tijoá e o CSE não foram consolidados pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas**d) Administração de aeroportos**

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>	<u>Viracopos</u> <u>Estacionamento</u>
Ativo circulante	436	358.297	3.643
Ativo não circulante	733.186	6.401.556	82
Total do ativo	733.622	6.759.853	3.725
Passivo circulante	3.340	435.478	3.695
Passivo não circulante (i)	133.446	4.856.277	-
Patrimônio líquido (i)	596.836	1.468.098	30
Total do passivo e patrimônio líquido	733.622	6.759.853	3.725
Receita operacional líquida	-	396.905	4.464
Custo dos serviços prestados	-	(337.112)	(4.464)
Lucro bruto	-	59.793	-
Despesas operacionais, líquidas	1.110	(32.311)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	1.110	27.482	-
Resultado financeiro, líquido	1.192	(23.023)	(72)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	2.302	4.459	(72)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(719)	-	-
Diferidos	-	(1.516)	24
Lucro líquido do período	1.583	2.943	(48)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

Notas Explicativas

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	30/06/14 (Reapresentado)
Controladora	1.301.546	1.315.140	17.573	131.779
Participação de acionistas não controladores	138.294	118.676	45.221	15.797
Consolidado	1.439.840	1.433.816	62.794	147.576

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no primeiro semestre de 2015.

3.1. Reapresentação dos saldos comparativos

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. está reapresentando em 30 de junho de 2015 suas demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2014 para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Desta forma a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes a recomposição da atualização ao valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos devem ser reconhecidos desde o início da concessão. Portanto as Demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 estão sendo reapresentadas de forma comparativa e adotando a capitalização parcial da correção monetária e da recomposição do ajuste a valor presente.

O efeito da referida mudança na controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos foi a contabilização parcial da correção monetária e da recomposição do AVP contra o ativo intangível Outorga que representa o passivo relativo ao compromisso com o poder concedente reconhecido pelo direito de exploração da atividade aeroportuária.

A mudança de prática contábil citada acima reflete nas Demonstrações financeiras da Companhia através do registro do resultado de equivalência dos respectivos exercícios.

Com objetivo de refletir estas alterações nas datas de 30 de junho de 2014, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está reapresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos do reconhecimento do resultado de equivalência na investida Aeroportos Brasil Viracopos.

Notas Explicativas**Demonstrações do Resultado do período findo em 30 de junho de 2014, reapresentadas:**

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014
Receita operacional líquida	-	-	-	661.314	-	661.314
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(464.797)	-	(464.797)
Lucro Bruto	-	-	-	196.517	-	196.517
Receitas (Despesas) operacionais	(1.451)	-	(1.451)	(46.034)	-	(46.034)
Resultado de equivalência patrimonial	194.570	19.334	213.904	5.821	19.334	25.155
Lucro operacional antes do resultado financeiro	193.119	19.334	212.453	156.304	19.334	175.638
Resultado Financeiro	(80.674)	-	(80.674)	(112.360)	-	(112.360)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.445	19.334	131.779	43.944	19.334	63.278
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(29.864)	-	(29.864)
Lucro líquido das operações em continuidade	112.445	19.334	131.779	14.080	19.334	33.414
Lucro líquido de operações descontinuadas	-	-	-	114.162	-	114.162
Lucro líquido do período	112.445	19.334	131.779	128.242	19.334	147.576
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	112.445	19.334	131.779	112.445	19.334	131.779
Acionistas não controladores	-	-	-	15.797	-	15.797

Demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 30 de junho de 2014, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014
Lucro líquido do período	112.445	19.334	131.779	112.445	19.334	131.779
Ajustes para conciliar o resultado						
Resultado de equivalência patrimonial	(194.570)	(19.334)	(213.904)	(5.821)	(19.334)	(25.155)
Outros ajustes de conciliação de resultado	68.902	-	68.902	81.051	-	81.051
Variações nos ativos e passivos	120.487	-	120.487	135.548	-	135.548
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	107.264	-	107.264	323.223	-	323.223
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(257.900)	-	(257.900)	(454.647)	-	(454.647)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	229.326	-	229.326	315.173	-	315.173
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	78.690	-	78.690	183.749	-	183.749
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	36.108	-	36.108	50.668	-	50.668
No fim do período	114.798	-	114.798	234.417	-	234.417
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	78.690	-	78.690	183.749	-	183.749

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados do período findo em 30 de junho de 2014, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 30/06/2014
Receitas	44.059	-	44.059	753.349	-	753.349
Insumos adquiridos de terceiros	(6.987)	-	(6.987)	(360.135)	-	(360.135)
Valor adicionado bruto	37.072	-	37.072	393.214	-	393.214
Retenções	(1.640)	-	(1.640)	(102.647)	-	(102.647)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	35.432	-	35.432	290.567	-	290.567
Valor adicionado líquido recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	194.570	19.334	213.904	5.821	19.334	25.155
Receitas financeiras	4.614	-	4.614	13.159	-	13.159
Valor adicionado total a distribuir	234.616	19.334	253.950	309.547	19.334	328.881
Distribuição do valor adicionado	234.616	19.334	253.950	309.547	19.334	328.881
Pessoal e encargos	8.331	-	8.331	43.621	-	43.621
Impostos, taxas e contribuições	1.250	-	1.250	93.811	-	93.811
Remuneração do capital de terceiros	85.538	-	85.538	130.983	-	130.983
Remuneração do poder concedente	-	-	-	-	-	-
Lucros de operações descontinuadas	-	-	-	(114.162)	-	(114.162)
Lucros retidos do período	139.497	19.334	158.831	139.497	19.334	158.831
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	15.797	-	15.797

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
Disponibilidades	544	92.144	188.410	157.548
Aplicações financeiras	1.571	-	3.051	30.661
	2.115	92.144	191.461	188.209

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 18. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada TNE mantém aplicação financeira vinculada ao Contrato de Cessão de Crédito firmado junto ao BTG Pactual, sendo liberada na medida em que a controlada entregar energia elétrica à CPFL, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica.

Notas Explicativas

Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Transbrasiliana	6.768	-
TNE	1.696	-
Econorte	22.373	68
	30.837	68
Parcela do circulante	30.769	-
Parcela do não circulante	68	68

As características e remunerações dessas aplicações são similares às aquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	59.163	50.798
Serviços de energia	313	4.763
Outras contas a receber	6.323	13.939
	65.799	69.500
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.190)	(6.190)
	59.609	63.310
Ativo circulante	52.607	56.308
Ativo não circulante	7.002	7.002

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	30/06/15	31/12/14
A vencer	59.609	63.310
Vencidos há mais de 90 dias	6.190	6.190
	65.799	69.500

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/15	31/12/14
Saldo no início do período	(6.190)	(1.752)
Adições	-	(4.438)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	(6.190)	(6.190)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

Notas Explicativas

7. Contas a receber – Ativo Financeiro

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Concepa	217.059	99.266
Concer	400.532	259.867
	617.591	359.133

Referem-se aos ativos financeiros das concessões rodoviárias Concepa e Concer, oriundos de aditivos dos contratos de concessão.

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

A Concepa, em 16 de abril de 2014, recebeu a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	7.273	6.554	10.881	10.552
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	1.283	215
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.800	5.713	11.065	11.802
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.713	1.655
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.968	7.611
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1	-	4.337	3.720
Outros	-	-	1.792	408
	10.074	12.267	39.039	35.963
Parcela do circulante	10.074	12.267	36.038	32.973
Parcela do não circulante	-	-	3.001	2.990

9. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real. Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
<u>Prejuízo Fiscal e base negativa:</u>		
Imposto de renda diferido	91.685	90.884
Contribuição social diferida	32.950	32.658
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	7.675	7.859
Contribuição social diferida	2.763	2.830
	135.073	134.231
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (i)	27.458	-
	162.531	134.231

Notas Explicativas

- (i) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo dos ativos da Transbrasiliana. Vide maiores informações na Nota 36.

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações nas controladas Concepa e Econorte, e provisões para contingências.

As controladas Maestra, NTL e Vessel possuem saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2015	19.411
2016	3.909
2017	1.649
2018	2.453
A partir de 2019	107.651
	<u>135.073</u>

Notas Explicativas**10. Participações a comercializar e operações descontinuadas**Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 30 de junho de 2015, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$157.753 (R\$234.451 em 31 de dezembro de 2014), e Rio Canoas no montante de R\$430.328 (R\$426.414 em 31 de dezembro de 2014), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Participações a comercializar			
	Participação (%)	30/06/15	31/12/14
Capital Social	100	50.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	77.450	79.201
Reserva de lucros	100	30.303	25.250
Total Rio Verde		157.753	234.451
Capital Social	100	301.707	301.707
Reserva de Lucros	100	120.625	116.711
Reserva Legal	100	7.996	7.996
Total Rio Canoas		430.328	426.414
Total		588.081	660.865

Em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2015, foi aprovada a redução de capital da controla Rio Verde no valor de R\$80.000, mediante a redução de 43.412.108 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal. Esta deliberação foi anuída pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$3.302 e na Rio Canoas foi de R\$3.914.

Notas Explicativas

<u>Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda</u>	30/06/2015			31/12/2014
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.053	2.262	7.315	8.515
Aplicações financeiras vinculadas	11.628	18.842	30.470	12.871
Contas a receber	11.021	7.733	18.754	11.198
Impostos a recuperar	2.174	4.027	6.201	3.284
Contas a receber partes relacionadas	4.160	293	4.453	12.036
Despesas antecipadas	873	197	1.070	1.507
Outros créditos	43	555	598	12
	34.952	33.909	68.861	49.423
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	3.491
Créditos tributários diferidos	3.421	-	3.421	-
Outros créditos	595	-	595	566
Imobilizado	514.247	1.078.293	1.592.540	1.621.407
Intangível	55	706	761	909
	518.318	1.078.999	1.597.317	1.626.373
Total do ativo	553.270	1.112.908	1.666.178	1.675.796
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	5.029	5.656	10.685	8.408
Empréstimos e financiamentos	19.027	26.899	45.926	31.822
Debêntures	-	12.140	12.140	24.611
Obrigações Contrato de Concessão	3.554	2.732	6.286	5.703
Salários e encargos sociais	721	629	1.350	1.282
Obrigações fiscais	4.201	2.413	6.614	5.994
Adiantamento de clientes	-	1.013	1.013	-
Contas a pagar partes relacionadas	1.046	44.753	45.799	82.615
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	5.410	35.210	40.620	43.341
Arrendamento mercantil	-	43	43	85
Outras obrigações	7.128	3.563	10.691	10.984
	46.116	135.051	181.167	214.845
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	226.659	402.253	628.912	637.394
Debêntures	-	86.628	86.628	76.473
Obrigações fiscais	2.754	-	2.754	-
Provisão para contingências	89	8.484	8.573	8.465
Imposto de renda e contribuição social	39.899	-	39.899	40.800
Contas a pagar – partes relacionadas	80.000	47.964	127.964	34.754
Outras obrigações	-	2.200	2.200	2.200
	349.401	547.529	896.930	800.086
Patrimônio líquido				
Capital social	50.000	301.707	351.707	431.707
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	77.450	-	77.450	79.201
Reserva legal	-	7.996	7.996	7.996
Reserva de lucros	30.303	120.625	150.928	141.961
Lucros e prejuízos acumulados	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	157.753	430.328	588.081	660.865
Total do passivo e patrimônio líquido	553.270	1.112.908	1.666.178	1.675.796

Notas Explicativas

<u>Demonstrações do resultado de operações destinadas a venda</u>	30/06/2015		31/12/2014	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receita operacional líquida	57.571	98.152	155.723	410.688
Custos operacionais				
Operação de energia	(22.266)	(36.250)	(58.516)	(100.391)
Custo com pessoal	(64)	(327)	(391)	(1.753)
Depreciação	(8.832)	(17.784)	(26.616)	(40.570)
Depreciação mais valia do imobilizado	(2.652)	-	(2.652)	(6.811)
Amortização do intangível (custo)	-	(95)	(95)	(200)
Obrigações da Concessão	(6.621)	(7.625)	(14.246)	(25.790)
Total dos custos operacionais	(40.435)	(62.081)	(102.516)	(175.515)
Lucro operacional bruto	17.136	36.071	53.207	235.173
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(752)	(486)	(1.238)	(1.998)
Administradores	(493)	(715)	(1.208)	(2.415)
Administrativas	(1.868)	(1.668)	(3.536)	(14.113)
Depreciação do imobilizado	(48)	(43)	(91)	(216)
Amortização do intangível	(43)	(9)	(52)	(33)
Outras receitas e despesas	(154)	(178)	(332)	(777)
Total das despesas operacionais, líquidas	(3.358)	(3.099)	(6.457)	(19.552)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	13.778	32.972	46.750	215.621
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	700	763	1.463	1.909
Despesas financeiras	(9.614)	(27.682)	(37.296)	(66.097)
Variação cambial	-	-	-	-
Total do resultado financeiro	(8.914)	(26.919)	(35.833)	(64.188)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	4.864	6.053	10.917	151.433
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.393)	(2.139)	(4.532)	(12.729)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	831	-	831	1.662
Lucro líquido do período	3.302	3.914	7.216	140.366

Notas Explicativas

Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda	30/06/2015		31/12/2014	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	3.302	3.914	7.216	140.366
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	11.575	17.931	29.506	47.830
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.479	27.318	36.797	65.247
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(831)	-	(831)	(1.662)
Baixa de bens do imobilizado	4	12	16	54
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(157)	(7.399)	(7.556)	5.625
Contas a pagar	-	-	-	(253)
Contas a receber de partes relacionadas	1.629	5.955	7.584	23.345
Impostos a recuperar	-	(3.602)	(3.602)	5.659
Despesas antecipadas e outros valores a receber	678	-	678	1.192
Outras variações no ativo	(71)	444	373	4.013
Fornecedores	(1.950)	4.227	2.277	6.062
Obrigações sociais	217	(149)	68	1.805
Obrigações fiscais	(3.954)	9	(3.945)	(3.063)
Contas a pagar de partes relacionadas	(1.794)	(5.781)	(7.575)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.393	1.454	3.847	(4.691)
Outras obrigações	3.730	(453)	3.277	(1.642)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.250	43.880	68.130	289.887
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(176)	(331)	(507)	(16.294)
Aquisição de bens do intangível	-	-	-	(1.257)
Aplicação financeira	(114)	(17.486)	(17.600)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(290)	(17.817)	(18.107)	(17.551)
Atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(100.000)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	915
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(20.346)	(13.138)	(33.484)	(74.815)
Recebimento de venda antecipada de energia	-	(15.017)	(15.017)	(80.093)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(2.722)	-	(2.722)	(10.561)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(23.068)	(28.155)	(51.223)	(264.554)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	892	(2.092)	(1.200)	7.782
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.161	4.354	8.515	733
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.053	2.262	7.315	8.515

Notas Explicativas

<u>Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda</u>	30/06/2015		31/12/2014	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receitas	64.073	109.277	173.350	438.954
Receitas relativas à venda de energia	64.073	109.277	173.350	438.930
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	-	-	24
Insumos adquiridos de terceiros	(31.484)	(46.706)	(78.190)	(145.563)
Custos dos serviços vendidos	(16.233)	(31.153)	(47.386)	(130.787)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.865)	(14.916)	(31.781)	(14.772)
Outros	1.614	(637)	977	(4)
Valor adicionado bruto	32.589	62.571	95.160	293.391
Depreciação e amortização	(11.575)	(17.931)	(29.506)	(47.830)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	21.014	44.640	65.654	245.561
Valor adicionado recebido em transferência	700	763	1.463	1.909
Receitas financeiras	700	763	1.463	1.909
Valor adicionado total a distribuir	21.714	45.403	67.117	247.470
Distribuição do valor adicionado	21.714	45.403	67.117	247.470
Pessoal	1.125	1.333	2.458	5.436
Remuneração direta	976	1.149	2.125	3.407
Benefícios	116	135	251	1.832
F.G.T.S.	33	49	82	197
Impostos, taxas e contribuições	7.672	12.474	20.146	35.657
Federais	7.672	12.474	20.146	35.632
Estaduais	-	-	-	16
Municipais	-	-	-	9
Remuneração de capitais de terceiros	9.615	27.682	37.297	66.011
Juros relativos à capitais de terceiros	9.479	27.318	36.797	65.950
Aluguéis	136	364	500	61
Lucros retidos do período	3.302	3.914	7.216	140.366
Juros sobre capital próprio	-	-	-	7.628
Dividendos	-	-	-	33.337
Lucro (prejuízo) do período	3.302	3.914	7.216	99.401

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

Notas Explicativas

11. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Rio Bonito e Maestra para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$33.244, R\$26.111, R\$28.625 e de R\$30.475, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

Os principais contratos firmados entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora					
	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	43.451	-	-
Rio Verde	5.410	-	-	8.400	-	-
Concepa	1.807	-	-	315	-	-
Econorte	-	-	-	4.636	-	-
Rio Canoas	35.210	-	-	35.210	-	-
Portonave	17.076	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	19.690	(1.645)	-	23.791	(3.733)
Portonave (v)	-	429	(24)	-	405	(1.191)
Vessel (vii)	-	25.846	(1.053)	-	-	-
THP (viii)	-	31.295	(2.629)	-	-	-
Rio Parnaíba (ix)	-	42.015	(1.813)	-	-	-
Outros:						
Concepa	155	-	233	37	-	447
Rio Guaíba	-	31.000	-	-	31.000	-
Concer	-	47.347	-	-	-	-
Outros	219	5.401	-	-	100	-
Total do circulante	59.878	203.023	(6.931)	92.049	55.296	(4.477)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	-	-	-	1.032
Vetorial (iii)	324	-	19	303	-	32
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	274	13.418	-	2.312
Vetria Mineração (vi)	7.625	-	317	1.470	-	-
Act	-	-	-	-	-	12
BR Vias Holding (x)	9.786	-	556	-	-	-
Transbrasiliana (xi)	12.588	-	256	-	-	-
Redução de capital:						
Rio Verde (vide Nota 10)	80.000	-	-	-	-	-
Outros:						
Maestra	-	-	297	-	-	-
Econorte	196	-	861	701	-	3.013
Rio Tibagi	1.358	-	302	1.059	-	1.054
Rio Guaíba	1.094	-	269	826	-	818
Concepa	3.928	-	2.083	2.471	-	5.619
Concer	745	-	-	-	-	-
Concebra	2	-	3.508	-	-	-
Rio Verde	25	-	592	370	-	2.109
Rio Canoas	99	-	1.062	3.994	-	3.947
Rio Claro	25	-	64	-	-	-
Transbrasiliana	2.208	-	544	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	19.356	-	-	3.121	-	-
Total do não circulante	148.918	-	11.004	37.292	-	19.948
Total	208.796	203.023	4.073	129.341	55.296	15.471

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetria, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vessel, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Parnaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Triunfo com a BRVias Holding, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Transbrasiliana, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	17.076	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	6.496	-	-	4.333	-
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	11.533	-	-	5.856	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	10.856	-	-	-	-
Outros:						
Outros	-	121	-	-	161	-
Mútuos financeiros:						
TPI (vi)	-	429	(24)	-	405	(1.191)
THP (vii)	-	31.315	(2.628)	-	-	-
Total do circulante	17.076	60.750	(2.652)	-	10.755	(1.191)
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	11	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	324	-	19	303	-	32
Aeroportos Brasil (v)	-	-	274	13.941	-	2.312
ACT	-	-	-	-	-	10
Vetria (viii)	7.625	-	317	-	-	-
Antecipação de dividendos:						
Concer	28.408	-	-	-	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	20.314	-	-	24.079	-	-
Outros	4.477	-	-	1.984	-	-
Total do não circulante	61.148	-	610	40.318	-	2.354
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	9.028	-	-	73.725
Compasa (Concer) (iv)	-	-	9.791	-	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	127.997	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	21.022	-	-	28.228
CTSA (Concebra) (iv)	-	-	582.035	-	-	-
Total de imobilizado/intangível	-	-	749.873	-	-	101.953
Total	78.224	60.750	747.831	40.318	10.755	103.116

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log. para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetria, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0%, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

12. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
Gastos com apólices de seguros (i)	29	105	12.731	9.855
Outros gastos	73	3	921	333
	102	108	13.652	10.188
Parcela do circulante	102	108	10.262	6.317
Parcela do não circulante	-	-	3.390	3.871

- (i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 30/06/15	Investimentos permanentes em 31/12/14
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	79.467	100,0%	79.467	-	79.467	96.748
Rio Tibagi	2.738	100,0%	2.738	-	2.738	17.960
Concepa	136.173	100,0%	136.173	-	136.173	117.240
Rio Guaíba	15.001	100,0%	15.001	-	15.001	565
Concer	362.057	62,5%	226.286	-	226.286	196.515
Rio Bonito	6.733	62,5%	4.208	-	4.208	1.281
Concebra	392.891	100,0%	392.891	-	392.891	269.981
Convale	14.926	100,0%	14.926	(14.566)	360	360
TPI-Log	142.255	100,0%	142.255	-	142.255	144.330
Portonave (*)	728.124	33,33%	242.684	14.842	257.526	271.223
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
Portonaus	-	100,0%	-	-	-	14.737
TNE	54.587	100,0%	54.587	-	54.587	36.862
Rio Claro	9.975	100,0%	9.975	-	9.975	8.432
FIP – Constantinopla	9.690	100,0%	9.690	-	9.690	2.900
Aeroportos Brasil (*)	596.795	45,0%	268.558	25.617	294.175	252.013
Dable (**)	25.711	100,0%	25.711	-	25.711	1
NTL	58.711	100,0%	58.711	-	58.711	70.893
ATTT (*)	131	64,0%	84	49	133	133
Santa Cruz	20.792	100,0%	20.792	-	20.792	20.758
Terlip (*)	28.166	50,0%	14.083	(20)	14.063	13.841
ACT (*)	180	50,0%	90	(5)	85	186
Taboca	4.263	100,0%	4.263	-	4.263	4.214
Anddis	-	100,0%	-	-	-	1
Tucano	8.892	100,0%	8.892	-	8.892	8.888
Retirinho	2.674	100,0%	2.674	-	2.674	2.674
Guariroba	2.865	100,0%	2.865	-	2.865	2.865
Estrela	2.755	100,0%	2.755	-	2.755	2.707
Venus	1	100,0%	1	-	1	1
Mercurio	1	100,0%	1	-	1	1
Minerva	1	100,0%	1	-	1	1
Netuno	1	100,0%	1	-	1	1
Total Investimentos	2.706.557		1.740.364	25.917	1.766.281	1.558.313
Rio Parnaíba	(1.988)	100,0%	(1.988)	-	(1.988)	(1.831)
Rio Paraíba	(401)	100,0%	(401)	-	(401)	(401)
Rio Parnaíba	-	100,0%	-	-	-	-
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(48)	(48)	(48)
Vessel	(60.838)	100,0%	(60.838)	-	(60.838)	(43.134)
Maestra	(158.899)	100,0%	(158.899)	-	(158.899)	(170.537)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(222.126)		(222.126)	(48)	(222.174)	(215.951)
Total Investimentos Líquido	2.484.431		1.518.238	25.869	1.544.107	1.342.362

(*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas

(**) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.

Notas Explicativas

Investimento	Consolidado – 30/06/2015	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	294.175	712
Portonave	375.176	8.653
Vetria	-	1.031
Tijóá	7.922	1.579
CSE	1.851	(107)
Terlip	14.063	(26)
ACT	85	(1.616)
Total Investimentos em controladas	693.272	10.226
Ecovale (*)	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-
Total Investimentos Líquido	693.224	10.226

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/14	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferências / Baixas	Investimentos permanentes em 30/06/15	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/14
Econorte	96.748	-	(1.351)	(15.930)	-	79.467	10.327
Rio Tibagi	17.960	-	11.640	(26.862)	-	2.738	7.565
Concepa	117.240	-	41.173	(22.240)	-	136.173	14.684
Rio Guaíba	565	-	14.436	-	-	15.001	15.176
Concer	196.515	-	66.350	(36.579)	-	226.286	18.409
Rio Bonito	1.281	-	9.021	(6.094)	-	4.208	7.919
Concebra	269.981	118.998	3.912	-	-	392.891	3.602
Rio Parnaíba	(1.831)	-	(157)	-	-	(1.988)	(499)
Convale	360	20	(20)	-	-	360	(22)
Rio Paraíba	(401)	-	-	-	-	(401)	(1)
Ecovale	(48)	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log	144.330	221	3.396	(5.692)	-	142.255	6.167
Portonave	271.223	-	5.769	(19.466)	-	257.526	14.462
Trevally	1	-	-	-	-	1	(1)
Portonauus (ii)	14.737	-	-	-	(14.737)	-	(360)
TNE	36.862	20.724	(2.999)	-	-	54.587	(288)
Rio Canoas (i)	-	-	3.914	-	(3.914)	-	158.473
Rio Verde (i)	-	-	3.302	-	(3.302)	-	14.646
Rio Claro	8.432	-	1.543	-	-	9.975	996
FIP – Constantinopla	2.900	5.948	842	-	-	9.690	-
Aeroportos Brasil	252.013	41.450	712	-	-	294.175	4.479
Vessel	(43.134)	(2.358)	(15.346)	-	-	(60.838)	(10.425)
Maestra	(170.537)	3.948	7.690	-	-	(158.899)	(39.313)
NTL	70.893	(3.183)	(8.999)	-	-	58.711	(9.219)
ATTT	133	-	-	-	-	133	-
Juno	-	3	(3)	-	-	-	-
Santa Cruz	20.758	53	(19)	-	-	20.792	(27)
Terlip	13.841	248	(26)	-	-	14.063	(13)
ACT	186	1.515	(1.616)	-	-	85	(307)
Taboca	4.214	94	(45)	-	-	4.263	(19)
Anddis	1	-	-	-	(1)	-	-
Dable	1	22.381	3.329	-	-	25.711	-
Tucano	8.888	24	(20)	-	-	8.892	(21)
Retirinho	2.674	20	(20)	-	-	2.674	(19)
Guariroba	2.865	78	(78)	-	-	2.865	(21)
Estrela	2.707	101	(53)	-	-	2.755	(19)
Venus	1	1	(1)	-	-	1	-
Mercurio	1	1	(1)	-	-	1	-
Minerva	1	1	(1)	-	-	1	-
Netuno	1	1	(1)	-	-	1	-
Moss	-	-	-	-	-	-	(2.427)
Total	1.342.362	210.289	146.273	(132.863)	(21.954)	1.544.107	213.904

(ii) O Resultado de equivalência patrimonial dos investimentos Rio Verde e Rio Canoas são transferidos para o saldo de investimentos mantidos para venda.

(iii) Baixa do investimento Portonauus devido ao encerramento das atividades da controlada.

Notas Explicativas**c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 30 de junho de 2015**

	<u>Portonave</u> 24.390	<u>Iceport</u> 352	<u>Teconnave</u> 669	<u>Vetria</u> 673	<u>TPB</u> -	<u>Terlip</u> 577
Caixa e equivalente de caixa	51.944	5.708	1.386	99.544	-	26.604
Demais contas ativo circulante	1.566.039	10.302	9.366	190.523	70.852	1.114
Ativo não circulante						
Total do ativo	1.642.373	16.362	11.421	290.740	70.852	28.295
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	106.577	-	-
Debêntures – circulante	53.882	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	71.732	1.751	3.058	99.702	-	129
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	-	-
Debêntures – não circulante	447.963	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	340.672	18.237	27	-	-	-
Patrimônio líquido	728.124	(3.626)	8.336	84.461	70.852	28.166
Total do passivo e PL	1.642.373	16.362	11.421	290.740	70.852	28.295
Receita operacional líquida	170.048	9.826	17.897	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(48.349)	(8.609)	(5.545)	-	-	-
Depreciação	(50.613)	(4)	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	71.086	1.213	12.352	-	-	-
Despesas operacionais líquidas	(17.502)	(866)	(2.575)	(3.489)	-	(50)
Depreciação	(4.018)	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8.101	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	329	224	66	12.217	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	57.996	571	9.843	8.728	-	(50)
Receitas financeiras	3.551	41	1	573	-	-
Despesas financeiras	(40.725)	(13)	(52)	(2.838)	-	(3)
Variação cambial, líquida	1	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(37.173)	28	(51)	(2.265)	-	(3)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	20.823	599	9.792	6.463	-	(53)
IR/CSLL						
Correntes	(12.054)	(159)	(2.056)	-	-	-
Diferidos	8.538	(75)	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.307	365	7.736	6.463	-	(53)

Notas Explicativas

	<u>ACT</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil - Viracopos</u>	<u>Viracopos Estacionamentos</u>	<u>Tijóá</u>	<u>CSE</u>
Caixa e equivalente de caixa	596	49	238.032	1.180	13.686	2.438
Demais contas ativo circulante	7	387	120.265	2.463	11.151	1.287
Ativo não circulante	190	733.186	6.401.556	82	1.233	944
Total do ativo	793	733.622	6.759.853	3.725	26.070	4.669
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	3.335	140.356	-	-	-
Debêntures – circulante	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	613	5	295.122	3.695	10.256	975
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	133.406	1.813.758	-	-	-
Debêntures – não circulante	-	-	379.640	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	-	40	2.662.879	-	-	-
Patrimônio líquido	180	596.836	1.468.098	30	15.814	3.694
Total do passivo e PL	793	733.622	6.759.853	3.725	26.070	4.669
Receita operacional líquida	-	-	396.905	4.464	44.525	2.420
Custo dos serviços prestados	-	-	(294.570)	(4.463)	(38.381)	(1.639)
Depreciação	-	-	(374)	-	(3)	-
Amortização	-	-	(42.168)	(1)	(15)	-
Lucro bruto	-	-	59.793	-	6.126	781
Despesas operacionais líquidas	(2.871)	(391)	(31.982)	-	(1.513)	(1.114)
Depreciação	(21)	-	(166)	-	(7)	(12)
Amortização	-	-	(115)	-	(9)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.501	(48)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(331)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(3.223)	1.110	27.482	-	4.597	(345)
Receitas financeiras	4	7.038	4.422	1	581	139
Despesas financeiras	(14)	(5.846)	(27.445)	(73)	(99)	(7)
Variação cambial, líquida	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(10)	1.192	(23.023)	(72)	482	132
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(3.233)	2.302	4.459	(72)	5.079	(213)
IR/CSLL	-	-	-	-	-	-
Correntes	-	(719)	-	-	(1.928)	-
Diferidos	-	-	(1.516)	24	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(3.233)	1.583	2.943	(48)	3.151	(213)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

Notas Explicativas

14. Imobilizado

Custo	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Outros
Saldo em 31/12/2014	35.838	11.019	5.309	1.169	2.737	10.770	20.395	199
Construções / Aquisições	-	22	278	204	392	112	2.882	275
Baixas	-	(20)	(10)	(2)	-	(1)	(494)	-
Adições - novos investimentos (ii)	-	-	544	540	1.711	-	-	61
Transferências	770	(767)	16	1	(19)	-	3.213	(1)
Saldo em 30/06/2015	36.608	10.254	6.137	1.912	4.821	10.881	25.996	534
Depreciação								
Saldo em 31/12/2014	-	(2.801)	(2.491)	(753)	(1.847)	(1)	(5.671)	(80)
Depreciação	-	(184)	(365)	(88)	(265)	-	(1.330)	(18)
Baixas	-	-	1	2	-	1	364	(1)
Adições - novos investimentos(ii)	-	-	(188)	(333)	(1.503)	-	-	(43)
Transferências	-	2	(16)	(2)	17	-	(1)	-
Saldo em 30/06/2015	-	(2.983)	(3.059)	(1.174)	(3.598)	-	(6.638)	(142)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2014	35.838	8.218	2.818	416	890	10.769	14.724	119
Saldo em 30/06/2015	36.608	7.271	3.078	738	1.223	10.881	19.358	392
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

(ii) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

Notas Explicativas

15. Intangível

Custo	Controladora							
	Ágio na aquisição					Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	FIP Constantinopla		
Saldo em 31/12/2014	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	44.698	176.402
Adições	-	-	-	-	-	-	6.406	6.417
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Transferência	-	-	-	-	-	-	(4.096)	(4.096)
Saldo em 30/06/2015	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	45.932	177.647
Amortização								
Saldo em 31/12/2014	(25.282)	-	(172)	-	-	-	(295)	(26.273)
Amortização	(1.177)	-	(19)	-	-	-	(104)	(1.360)
Saldo em 30/06/2015	(26.459)	-	(191)	-	-	-	(399)	(27.633)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2014	16.194	114	95	4.028	78.448	6.452	44.403	150.129
Saldo em 30/06/2015	15.017	114	76	4.028	78.448	6.452	45.533	150.014
Taxa de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	20%	

Custo	Consolidado					
	Ativos de Concessão de Rodovias (v)		Ágio - Transbrasiliana (vii)		Outros Intangíveis	
	Total Controladora	Projetos - portos (viii)	Projetos - PCHs (ix)	Projetos - portos (viii)	Projetos - PCHs (ix)	Total
Saldo em 31/12/2014	176.402	3.319.745	-	14.879	9.801	3.521.963
Adições	6.417	563.454	17.738	34	101	587.762
Baixas	(1.076)	(286)	-	(14.718)	-	(16.080)
Adições - novos investimentos (vi)	-	477.253	-	-	-	477.253
Ajuste a valor justo	-	(80.759)	-	-	-	(80.759)
Transferência	(4.096)	8.545	-	-	-	4.449
Saldo em 30/06/2015	177.647	4.287.952	17.738	195	9.902	4.494.588
Amortização						
Saldo em 31/12/2014	(26.273)	(1.296.471)	-	(1)	-	(1.323.424)
Amortização	(1.360)	(91.678)	-	-	-	(93.118)
Amortização – mais valia	-	(25.898)	-	-	-	(25.898)
Baixas	-	(3)	-	1	-	(2)
Adições - novos investimentos (vi)	-	(43.439)	-	-	-	(43.439)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2015	(27.633)	(1.457.489)	-	-	-	(1.485.881)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2014	150.129	2.023.274	-	14.878	9.801	2.198.539
Saldo em 30/06/2015	150.014	2.830.463	17.738	195	9.902	3.008.707
Taxa de amortização	-	4 a 5%(*)	-	-	-	-

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.
- (vii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (viii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário. As baixas do período são decorrentes do encerramento da empresa Portonaus.
- (ix) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2015 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer, Concebra e Transbrasiliana registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Econorte	25.785	26.539
Concer	598	598
Concebra	92.326	61.994
Transbrasiliana	6.294	-
	125.003	89.131
Parcela do circulante	7.853	9.786
Parcela do não circulante	117.150	79.345

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	30/06/15	31/12/14
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	11.541	13.777
Conta garantida – Santander	Não há	126,5% do CDI	45.000	50.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	30.000	30.000
Conta garantida – Banco Safra	Não há	CDI + 3,307184% a.a.	3.990	10.000
Cédula de crédito bancário – Bic Banco	Não há	CDI + 3,66% a.a.	50.000	-
Cédula de crédito bancário – Credit Suisse	Garantia Fidejussória - THP	CDI + 3,50% a.a.	83.600	-
Concepa:				
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,28% a.a.	15.053	-
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	4.367	5.214
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	De 4% a 16,7652% a.a.	2.037	2.738
Banco BTG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,00% a.a.	-	50.000
Conta garantida – Banco Santander	Não há	118,0% do CDI	-	50.455
Conta garantida – Banco Itaú	Aval da Companhia (Triunfo)	118,5% do CDI	-	25.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,465% a.a.	-	50.000
FINAME - Banco Mercedes Bens	Alienação fiduciária	TJLP + 6% a.a.	3.534	3.995
Cédula de crédito bancário – Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,0% a.a.	19.000	28.500
FINAME – Banco Guanabara	Notas promissórias	19,56% a.a.	5.114	5.057
FINAME – Banco ABC do Brasil	Notas promissórias	6,0% a.a.	835	1.044
Cédula de crédito bancário – Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,0327% a.a.	60.000	60.000
Conta garantida – Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 3,4% a.a.	40.335	60.335
Empréstimo Ponte - BNDES	Aval da Companhia (Triunfo) e Carta fiança	TJLP + 4,25% a.a.	147.811	-
Conta Garantida - Banco Crédito Varejo	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,2818% a.a.	15.000	-
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	-	121.070
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	10	21
Rio Tibagi:				
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,416% a.a.	-	900
Rio Parnaíba:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	973	1.330
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária	6,0% a.a.	7.648	8.647
Concebra:				
Empréstimo BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	579.986	304.302
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	138	99
FINAME – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	-	73
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	TJLP + de 5,5% a 6,4% a.a.	258	352
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	81	-
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	78	76
Maestra:				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	45.000	45.053
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Não há	IPCA + 6,05% a.a.	-	3.793
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	41.901	40.117
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	10.183	16.398
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaíba	133% do CDI	13.730	20.011
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo), da Vessel e da NTL	IPCA + 6,0% a.a	-	4.317
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP +4,16% a.a.	14.210	14.845
Cédula de crédito bancário - Banco Safra	Remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, cheques, ou notas promissórias.	CDI + 4,16% a.a.	4	-
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	185.163	-
Finame – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão	TJLP + de 1,90% a 4,50% a.a.	1.380	-
Finame – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão	TJLP + 2,5% a.a.	66	-
Nota de crédito - Banco ABC	Não há	CDI + 4% a.a.	19.759	-
			1.457.785	1.027.519
Parcela do circulante			1.182.944	697.684
Parcela do não circulante			274.841	329.833

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de junho de 2015, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2015 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	85.826	97.795
2017	4.451	25.652
2018	371	20.723
Após 2018	-	130.671
	90.648	274.841

18. Debêntures

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Triunfo (controladora)	746.219	748.493
Concepa	288.276	310.221
Econorte	248.430	77.543
Concer	197.432	196.735
Vessel	105.796	121.228
BRVias Holding TBR	63.154	-
Transbrasiliana	70.906	-
	1.720.213	1.454.220
Parcela do circulante	571.283	214.701
Parcela do não circulante	1.148.930	1.239.519

a) Triunfo

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$169.931 e R\$222.819, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.049 e R\$3.666 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são R\$576.288 e R\$525.674 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$10.895 e R\$13.230 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

b) Concepa

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$79.272 e R\$101.977, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.136 e R\$1.624 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respectivamente.

6ª Emissão

Em 24 de novembro de 2014, foram emitidas 210 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$210.000, e prazo de vencimento de dezoito meses a contar da data da emissão. A amortização será de 2,3% em 24/01/2016, 6,9% em 24/04/2016 e o

Notas Explicativas

restante em 24/05/2016. Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$209.004 e R\$208.244, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,50% ao ano. A remuneração é paga mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento foi efetuado em 24 de dezembro de 2014 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$1.506 em 30 de junho de 2015 e R\$2.327 em 31 de dezembro de 2014.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures tinham prazo de vigência de 72 meses, com vencimento inicialmente programado para 10 de maio de 2017. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$77.543, e os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representavam o montante de R\$763 em 31 de dezembro de 2014.

O cronograma de pagamento das debêntures era de 12 parcelas semestrais consecutivas, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano.

A Remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debênture desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Em 15 de maio de 2015, a Econorte efetuou o pagamento integral da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$68.289, utilizando os recursos captados com a 3ª emissão de debêntures, conforme descrito a seguir.

3ª Emissão

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3ª (emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 debêntures no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

As remunerações das debêntures serão pagas em 10 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures será pago em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

Notas Explicativas

As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,20% a.a.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

A Econorte cumpriu com todos os indicadores (covenants) relacionados com os contratos de debêntures em 30 de junho de 2015.

O saldo devedor em 30 de junho de 2015 é de R\$248.430, e os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representava o montante de R\$4.782 em 30 de junho de 2015.

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$197.432 e R\$196.735, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.633 e R\$4.198 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

e) Vessel

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foi aprovada a emissão de 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, no valor total de R\$ 145.000. O prazo de vencimento é de 5 anos a contar da data de emissão com um ano de carência. O saldo devedor em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$105.796 e R\$121.228, respectivamente.

As debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,60% a.a. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente desde dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Os gastos de emissão das debêntures, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$217 e R\$802 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

f) Transbrasiliana

1ª Emissão

Em 31 de julho de 2014, a Transbrasiliana realizou a primeira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 68.000. Foram subscritas a quantidade de 67.057.913 de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00, com vencimento original em 13 de março de 2015. A liquidação das Debêntures está atrelada à liberação de uma nova emissão de Debêntures de Infraestrutura a ser realizada em 2015, estando a operação enquadrada pelo BNDES sendo que a Transbrasiliana já obteve seu enquadramento como prioritário no Ministério dos Transportes, conforme DOU publicado em 23/02/2015.

As Debêntures são atualizadas a 102% do Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias.

O contrato acima descrito possui algumas obrigações, que caso não sejam atendidas em sua totalidade, permite o debenturista declarar o vencimento antecipado do contrato. O contrato não contém cláusulas de covenants financeiros a serem atendidos.

O saldo devedor em 30 de junho de 2015 é de R\$70.906.

1ª Emissão – BRVias Holding TBR

Em 22 de dezembro de 2010 a BRVias Holding TBR realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série no valor total de R\$ 44.000.

Foram emitidas 44.000 debentures que são atualizadas a partir da data de emissão, com base no IGP-M acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalente a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

O saldo devedor em 30 de junho de 2015 é de R\$63.154.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2015, com vencimento até o ano 2021, e está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	347.871	416.440
2017	261.636	409.477
2018	42.883	165.069
2019	-	92.394
Após 2019	-	65.550
	652.390	1.148.930

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 9,11%	IPCA + 9,57%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(4.123)	76.537	CDI+2,20%	CDI+3,48%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+9,64%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Concepa	6ª Emissão	24/11/2014	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%
Econorte	3ª Emissão	15/04/2015	246.000	(4.782)	241.218	CDI + 2,20%	CDI + 2,76%
Vessel	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(2.432)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,05%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 2,10%	IPCA + 2,73%
Holding TBR	1ª Emissão	22/12/2010	44.000	-	44.000	IGPM + 12% a.a.	IGPM + 12% a.a.
Transbrasiliana	7ª Emissão	31/07/2014	68.000	-	68.000	102% do CDI	102% do CDI
			1.725.500	(48.651)	1.676.849		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(4.950)	1.247	(3.703)
Triunfo	(4.123)	2.118	(2.005)
Triunfo	(20.028)	10.285	(9.743)
Concepa	(4.320)	2.815	(1.505)
Concepa	(2.327)	1.191	(1.136)
Econorte	(4.782)	-	(4.782)
Vessel	(2.432)	1.557	(875)
Concer	(5.689)	2.056	(3.633)
	(48.651)	21.269	(27.382)

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2015	3.135	5.960
2016	6.268	10.108
2017	3.751	6.150
A partir de 2018	2.297	5.164
	15.451	27.382

19. Notas Promissórias

Em 14 de janeiro de 2015, a Concer assinou contrato de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco Santander S.A., BB Banco de Investimento S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A. O financiamento totalizou R\$350.000 na data da emissão (valor original) para a utilização, com encargos 100% do CDI + 2,00% a.a. As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data da emissão.

O saldo atualizado de notas promissórias em 30 de junho de 2015 é de R\$359.077.

Notas Explicativas**20. Impostos, taxas e contribuições**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	1.369	2.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	4.541	4.414
Imposto de Renda Retido na Fonte	128	235	1.426	1.200
Cofins	21	181	4.777	3.964
PIS	5	39	1.688	1.339
INSS	-	-	3.261	406
Imposto Sobre Serviços	3	-	12.778	7.113
Imposto sobre Operações Financeiras	54	-	4.512	-
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	27	-	770	42
ICMS	-	44	13.136	14.446
Outros impostos e contribuições	1	56	2.978	5.980
	239	555	51.236	40.967
Parcela do circulante	239	555	42.385	37.646
Parcela do não circulante	-	-	8.851	3.321

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados**

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/06/15	31/12/14
Triunfo	671.678	566.571
	671.678	566.571

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Reserva de reavaliação	175.774	116.844
Receita de construção – Aditivo	33.342	15.822
Sobre custo financeiro	525	525
Estorno de amortizações – ICPC 01	69.506	63.634
	279.147	196.825

Notas Explicativas

22. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Receita recebida antecipadamente	7.641	9.332
(-) Receita apropriada ao resultado	(34)	(68)
	7.607	9.264

23. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

Notas Explicativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/14	Novos investimentos (*)	Adições	Reversões	Pagamentos
Processos cíveis	917	350	791	(40)	(700)
Processos trabalhistas	1.865	722	190	(531)	(26)
Total provisão	2.782	1.072	981	(571)	(726)

(*) Referem-se a saldos iniciais da controlada Transbrasiliana adquirida pela Companhia em 05 de janeiro de 2015.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.612 e R\$12.740 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2015, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 30 de junho de 2015, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, proposto pela Diretoria, em uma única operação ou em uma série de operações, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado.

Notas Explicativas

O Programa de Recompra tem prazo de 365 dias, contados a partir de 26 de março de 2015. A instituição financeira que está atuando como intermediária do Programa de Recompra é a BTG PACTUAL CTVM S.A.

Poderão ser adquiridas até 7.000.000 de ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80.

Em 30 de junho de 2015, o saldo de ações em tesouraria advindo do Programa de Recompra é de R\$1.167, totalizando 326.400 ações.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação, considerando o resultado atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

Segue abaixo o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	30/06/2015	30/06/2014 (Reapresentado)
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	17.573	131.779
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	176.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.999.992)	(1.769.949)
Resultado por ação – básico	0,09985	0,74874
Resultado por ação – diluído	0,09985	0,74777

Conforme nota explicativa nº 26, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014. O lucro líquido do exercício é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do exercício.

	30/06/15	30/06/14 (Reapresentado)
Lucro líquido	17.573	131.779
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	7.608	11.525
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	14.342	15.527
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	39.523	158.831
(-) Reserva Legal	(879)	(6.589)
Saldo à disposição dos acionistas	38.644	152.242

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**25. Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014 (Reapresentado)
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	404.069	340.810
Operação de carga própria – porto	-	2.492
Operação de energia	7.026	6.718
Construção de ativos das concessões de rodovia	1.000.054	342.958
Outros	9.795	3.801
	1.420.944	696.779
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(46.378)	(35.465)
	1.374.566	661.314

26. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das

Notas Explicativas

opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	30/06/15		31/12/14	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Ações exercíveis	2.000.000	2.000.000
Prazo de vida útil (anos)	4	4
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$688, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 em 31 de dezembro de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$91 em 31 de dezembro de 2013. As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos a partir do exercício de 2014.

Notas Explicativas

27. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	76.082	3.000	-	93.903	-	182.985
Concer	14.922	25.000	10.312	-	14.922	324	65.480
Concepa	4.000	30.039	6.921	-	23.357	6.400	70.717
Rio Verde	10.000	385.496	-	-	-	-	395.496
Rio Canoas	20.000	917.131	-	-	-	-	937.131
Portonave	-	-	-	10.000	-	-	10.000
Aeroportos Brasil - Viracopos	40.000	988.870	1.081.255	20.000	804.890	325	2.935.340
Tijóá	20.000	-	60.000	-	-	-	80.000
TPI	-	-	-	40.000	200.077	7.000	247.077
Total R\$	118.922	2.422.618	1.161.488	70.000	1.137.149	14.049	4.924.226
Portonave	-	171.311	-	-	-	-	171.311
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	171.311	-	-	-	-	671.311

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

28. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2015 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$15.659.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 30 de junho de 2015 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$6.842 (R\$4.492 em 30 de junho de 2014) na controladora e de R\$12.640 (R\$12.100 em 30 de junho de 2014 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

Notas Explicativas

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	30/06/15	30/06/14 (Reapresentado)
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	3.709	2.723
Benefícios diretos e indiretos	83	164
Participações nos resultados	3.050	1.605
Plano de opções de compra de ações	-	-
	6.842	4.492

29. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de junho de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	30/06/2015				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	17.573	268.748	46.579	(171.573)	161.327
IRPJ e CSLL correntes	-	(31.601)	(4.547)	-	(36.148)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(69.601)	-	-	(69.601)
Total de IRPJ e CSLL	-	(101.202)	(4.547)	-	(105.749)
Alíquota efetiva	0%	38%	10%		

	30/06/2014 (Reapresentado)				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	131.779	83.556	40.782	(192.839)	63.278
IRPJ e CSLL correntes	-	(20.630)	(4.375)	-	(25.005)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(4.859)	-	-	(4.859)
Total de IRPJ e CSLL	-	(25.489)	(4.375)	-	(29.864)
Alíquota efetiva	0%	31%	11%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

Notas Explicativas

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não havia efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e optou pela não antecipação de seus efeitos, que deveriam ser manifestados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Sendo assim a adoção, obrigatória, ocorrerá no exercício de 2015.

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	30/06/14	30/06/15	30/06/2014 (Reapresentado)
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	925	1.165	3.664	10.666
Juros recebidos	522	417	1.824	428
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	2.538	1.644	1.503
Outros juros e descontos obtidos	5.167	494	9.386	559
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(77.979)	(61.190)	(143.922)	(86.939)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(15.462)	(20.018)	(89.262)	(29.960)
Outros juros, multas e atualizações	(12.323)	(3.474)	(23.155)	(8.011)
Impostos sobre operações financeiras	(4.232)	(606)	(7.109)	(606)
Variação Cambial Líquida	-	-	(747)	-
Resultado financeiro	(103.382)	(80.674)	(247.677)	(112.360)

Notas Explicativas

31. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	191.461	188.209	191.461	188.209
Aplicações financeiras vinculadas	30.837	68	30.837	68
Contas a receber, líquidas	59.609	63.310	59.609	63.310
Impostos a recuperar	39.039	35.963	39.039	35.963
Depósitos judiciais	8.658	3.163	8.658	3.163
Total	329.604	290.713	329.604	290.713
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.457.785	1.027.519	1.457.785	1.027.519
Debêntures e prêmio de não conversão	1.720.213	1.454.220	1.720.213	1.454.220
Notas Promissórias	359.077	169.874	359.077	169.874
Fornecedores	207.213	65.047	207.213	65.047
Salários, provisões e contribuições sociais	28.523	17.204	28.523	17.204
Dividendos	31.544	26.070	31.544	26.070
Impostos a pagar	51.236	40.967	51.236	40.967
Arrendamento mercantil	3.229	1.694	3.229	1.694
Contratos de aquisição de ativos	-	3.250	-	3.250
Total	3.858.820	2.805.845	3.858.820	2.805.845

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

Notas Explicativas

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2015, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,06% para o ano de 2015 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,06%	9,05%	6,03%
Triunfo	CDI	189	142	95
Rio Claro	CDI	84	63	42
Econorte	CDI	2.698	2.024	1.349
Concer	CDI	70	52	35
Transbrasiliana	CDI	841	631	420
TNE	CDI	205	153	102
R\$33.888 (**)		4.087	3.065	2.043

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2015 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 30 de junho de 2015, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2015 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas*Triunfo (Controladora)*

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	9.261	11.577	13.892
4ª Emissão de Debêntures	CDI	69.500	86.875	104.250
R\$746.219 (**)		78.761	98.452	118.142
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,06%	15,08%	18,09%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,45%	6,81%	8,18%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2015

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Finame-Financiamento Imobilizado Banco Santander - Rio Bonito	TJLP	18	23	27
Empréstimo BNDES - Concebra	TJLP	40.599	50.749	60.899
Cédula de crédito bancário Votorantim – Concepa	CDI	1.815	2.269	2.723
Conta garantida Banco Santander - Triunfo	CDI	5.427	6.784	8.141
Conta garantida Banco Safra - Triunfo	CDI	481	601	722
Conta garantida Banco do Brasil - Triunfo	CDI	3.618	4.523	5.427
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	6.030	7.538	9.045
Cédula de crédito bancário Credit Suisse - Triunfo	CDI	10.082	12.603	15.123
Conta garantida Banco ABC do Brasil - Concer	CDI	4.864	6.081	7.297
CCB Banco Pine - Concer	CDI	7.236	9.045	10.854
CCB Banco Pan - Concer	CDI	2.291	2.864	3.437
Notas promissórias - Concer	CDI	43.305	54.131	64.957
Conta Garantida Banco Crédito Varejo - Concer	CDI	1.809	2.261	2.714
Conta Garantida Banco Santander - Maestra	CDI	5.427	6.784	8.141
CCB Banco ABC - Maestra	CDI	6.281	7.852	9.422
CCB Banco Original - Maestra	CDI	1.656	2.070	2.484
Cédula de crédito bancário - Banco Safra - NTL	CDI	-	1	1
Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	995	1.243	1.492
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	12.961	16.202	19.442
Finame BNDES – Transbrasiliana	TJLP	97	121	145
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	5	6	7
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	2.383	2.979	3.574
R\$1.632.695 (**)		157.380	196.730	236.074
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	9.261	11.577	13.892
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	69.500	86.875	104.250
Debêntures - Econorte	CDI	29.961	37.451	44.941
Debêntures - Concepa	CDI	34.766	43.458	52.149
Debêntures - Concer	CDI	23.810	29.763	35.715
Debêntures - Vessel-log	IPCA	5.766	7.207	8.649
Debêntures - Transbrasiliana	CDI	8.551	10.689	12.827
Debêntures - BRVias Holding TBR S.A.	IGP-M	3.473	4.342	5.210
R\$1.720.213 (**)		185.088	231.362	277.633
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,06%	15,08%	18,09%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,50%	6,88%	8,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,45%	6,81%	8,18%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2015

Notas Explicativas

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 70,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 5%.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

No segmento de energia, as vendas são garantidas e asseguradas pelo poder concedente.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Notas Explicativas

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No segmento de energia, eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	224.131	103.777	1.457.785	1.027.519
Debêntures (Nota 18)	746.219	748.493	1.720.213	1.454.220
Notas promissórias (Nota 19)	-	169.874	359.077	169.874
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(2.115)	(92.144)	(191.461)	(188.209)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(30.837)	(68)
Dívida líquida	968.235	930.000	3.314.777	2.463.336
Patrimônio líquido	1.301.546	1.315.140	1.439.840	1.433.816
Total do capital	2.269.781	2.245.140	4.754.617	3.897.152
Índice de alavancagem financeira - %	42,66	41,42	69,72	63,21

32. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliiana, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba, Ecovale, Maestra, Vessel e NTL;
- Administração de portos: TPI-Log, Trevally, Terlip, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: Rio Verde, Rio Canoas, Rio Claro, TNE, FIP Constantinopla, Tijoá e CSE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, ACT, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Juno e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/06/2015						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.368.035	-	80.444	-	-	(73.913)	1.374.566
Custos dos serviços prestados	(902.567)	-	(77.573)	-	-	73.913	(906.227)
Lucro bruto	465.468	-	2.871	-	-	-	468.339
Receitas (Despesas) operacionais	(42.148)	3.377	136	(223)	120.955	(141.432)	(59.335)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	423.320	3.377	3.007	(223)	120.955	(141.432)	409.004
Resultado financeiro	(141.427)	-	(2.868)	-	(103.382)	-	(247.677)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	281.893	3.377	139	(223)	17.573	(141.432)	161.327
Imposto de renda e contribuição social	(104.996)	-	(753)	-	-	-	(105.749)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	176.897	3.377	(614)	(223)	17.573	(141.432)	55.578
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	7.216	7.216
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	176.897	3.377	(614)	(223)	17.573	(134.216)	62.794
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(45.221)	(45.221)
Lucro (prejuízo) líquido do período	176.897	3.377	(614)	(223)	17.573	(179.437)	17.573
Ativos totais por segmento	4.273.333	178.298	116.686	21.585	2.735.911	(557.107)	6.768.706
Passivos totais por segmento	3.401.051	15.251	42.434	-	1.434.365	(462.208)	4.430.893

	30/06/2014 (Reapresentado)						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	652.948	2.100	238.727	-	-	(232.461)	661.314
Custos dos serviços prestados	(460.080)	(569)	(236.609)	-	-	232.461	(464.797)
Lucro bruto	192.868	1.531	2.118	-	-	-	196.517
Receitas (Despesas) operacionais	(39.111)	1.797	(649)	(393)	212.453	(194.976)	(20.879)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	153.757	3.328	1.469	(393)	212.453	(194.976)	175.638
Resultado financeiro	(31.658)	25	(40)	(13)	(80.674)	-	(112.360)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	122.099	3.353	1.429	(406)	131.779	(194.976)	63.278
Imposto de renda e contribuição social	(29.141)	-	(723)	-	-	-	(29.864)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	92.958	3.353	706	(406)	131.779	(194.976)	33.414
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	114.162	114.162
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	92.958	3.353	706	(406)	131.779	(80.814)	147.576
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(15.797)	(15.797)
Lucro (prejuízo) líquido do período	92.958	3.353	706	(406)	131.779	(96.611)	131.779
Ativos totais por segmento	1.903.971	806.647	99.876	15.427	3.247.394	(568.213)	5.505.102
Passivos totais por segmento	1.092.478	452	12.144	870	1.111.689	(101.811)	2.115.822

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, ACT, Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos, Viracopos Estacionamentos, Terlip, Tijoá, e CSE não foram consolidadas pela companhia.

Notas Explicativas

33. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	235.317
2016 a 2021	44.955
	<u>280.272</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/15	30/06/14
Receita de construção	465.106	93.000
Custo de construção	(234.971)	(93.000)
	<u>230.135</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2016	174
2017	174
2018	87
	<u>435</u>

Notas Explicativas

Até 30 de junho de 2015, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de junho de 2015 são os seguintes:

Ano	Valor
2015	464
2016	481
2017	254
	<u>1.199</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/15	30/06/14
Receita de construção	131.636	25.275
Custo de construção	(89.305)	(25.275)
	<u>42.331</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 30 de junho de 2015, estão previstos investimentos no montante de R\$310.395.

Notas Explicativas

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2015	9.299
2016	13.544
2017	12.470
2018	16.716
Após 2019	258.366
	<u>310.395</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/15	30/06/14
Receita de construção	12.480	51.177
Custo de construção	(12.480)	(51.177)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

e) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	1.034.014
2016	816.434
2017	1.024.728
2018	1.012.491
2019 até 2044	5.809.564
	<u>9.697.231</u>

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/15	30/06/14
Receita de construção	362.703	87.523
Custo de construção	(353.508)	(87.523)
	9.195	-

f) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 30 de junho de 2015, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$399.035 conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	36.418
2016	50.623
2017	17.015
2018	71.795
2019 até 2044	223.184
	399.035

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/15
Receita de construção	28.129
Custo de construção	(28.129)
	-

34. Arrendamento mercantil

As controladas Concebra e Transbrasiliana contrataram arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. Os bens foram registrados como ativo intangível e estão sendo depreciados pelo prazo de vida útil.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 30 de junho de 2015, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	30/06/2015	
	Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.408	1.303
Após um ano, mas menos de 5 anos	1.821	1.438
	3.229	2.741

Notas Explicativas

35. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de junho de 2015 totalizaram R\$1.070 (R\$3.393 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$1.301 (R\$ 3.811 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de junho de 2015 é de 884 participantes.

36. Combinações de negócios

Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia por meio de sua controlada integral Dable Participações Ltda ("Dable") adquiriu dos Fundos de Investimento FIP Volluto e FIP Aubuma a totalidade das ações que estes detinham na empresa BRVias Holding TBR. Com a aquisição, a TPI passou a ser controladora integral da empresa BRVias Holding TBR, detentora da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.

Pela aquisição de 100% das ações da BRVias Holding TBR, a Companhia desembolsou em parcela única no montante de R\$22.380 após cumprimento das condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE"). Na mesma data foram alterados o controle acionário indireto da BRVias Holding TBR, bem como os seus administradores.

O preço de aquisição foi determinado levando-se em consideração: (i) o valor da companhia adquirida; (ii) o valor dos passivos verificados; (iii) o valor do Termo de ajuste de Conduta (TAC- penalidades, no montante de R\$ 31.000); e (v) o valor das debêntures da BRVias Holding TBR.

O preço de aquisição é composto e será devido da seguinte forma: (i) 1(uma) parcela devida na data de fechamento; (ii) 2 (duas) parcelas futuras, condicionais e variáveis, as quais serão devidas e pagas pela Companhia aos vendedores somente caso se verifiquem as seguintes condições:

- (i) Primeira parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento, venha a ser aprovada pela ANTT a duplicação da Rodovia Transbrasiliana, a Companhia deverá pagar aos compradores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 31.694 (mínimo) e R\$ 67.346 (máximo).
- (ii) Segunda parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento venha a ser aprovada pela ANTT a incorporar, construir, e duplicar o trecho projetado da BR – 374 entre Espírito Santo do Turvo e Lupércio, interligando a Rodovia Castelo Branco (SP 280) à Rodovia Transbrasiliana (BR 153), a Companhia pagará aos

Notas Explicativas

compradores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 25.000 (mínimo) e R\$ 37.500 (máximo).

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos da BRVias Holding TBR e da Transbrasiliana na data da aquisição são apresentados a seguir:

BRVias Holding TBR S.A.

ATIVO	Saldos contábeis em 05/01/2015	Ajustes a mercado	Saldos ajustados
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	233		233
	233		233
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	125.559	(53.301)	72.258
	125.559	(53.301)	72.258
TOTAL DO ATIVO	125.792	(53.301)	72.491

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Saldos contábeis em 05/01/2015	Ajustes a mercado	Saldos ajustados
CIRCULANTE			
Debêntures	1.999		1.999
Dividendos a pagar	1.543		1.543
Outros passivos	9.100		9.100
	12.642		12.642
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	55.207		55.207
	55.207		55.207
TOTAL DO PASSIVO	67.849		67.849
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.943	(53.301)	4.642
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.792	(53.301)	72.491

Notas Explicativas**TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

ATIVO	Saldos contábeis em 05/01/2015	Ajustes a mercado	Saldos ajustados
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	20.825		20.825
Aplicações financeiras	6.249		6.249
Contas a receber	5.014		5.014
Outros ativos	2.335		2.335
	34.423		34.423
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	6.299	27.458	33.757
Outros ativos	2.916		2.916
Imobilizado	789		789
Intangível	433.811	(80.759)	353.052
	443.815	(53.301)	390.514
TOTAL DO ATIVO	478.238	(53.301)	424.937

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Saldos contábeis em 05/01/2015	Ajustes a mercado	Saldos ajustados
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	114.255		114.255
Fornecedores	24.025		24.025
Obrigações tributárias e trabalhistas	3.030		3.030
Provisão para manutenção	9.165		9.165
Outros passivos	733		733
	151.208		151.208
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	170.366		170.366
Obrigações tributárias	1.925		1.925
Tributos diferidos	6.420		6.420
Provisão para manutenção	13.089		13.089
ANTT	8.599		8.599
Provisão para contingências	1.072		1.072
	201.471		201.471
TOTAL DO PASSIVO	352.679		352.679
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.559	(53.301)	72.258
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	478.238	(53.301)	424.937

Desde a data da aquisição, a Transbrasiliana passou a ser consolidada integralmente pela Companhia e contribuiu para o consolidado com receitas operacionais líquidas de R\$43.115 e lucro antes dos impostos de R\$14.825. Para maiores detalhes de resultado da investida vide a Nota Explicativa 2.3) a).

Notas Explicativas

Os ativos líquidos ajustados adquiridos totalizaram R\$4.642, em contrapartida a um pagamento de R\$22.380, gerando assim um ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) do investimento em controlada de R\$17.738.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre (i) a soma do montante dado em troca do controle e (ii) a parte da adquirente no valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida já líquidos do passivo fiscal diferido.

O ágio apurado foi classificado no subgrupo de intangíveis no balanço consolidado, e não no balanço individual, onde deve permanecer integrando o saldo contábil do investimento, conforme item 23)b) do ICPC09(R2).

37. Eventos subsequentes

i) Reajuste de tarifas – Aeroportos Brasil Viracopos

Em 14 de julho de 2015, a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil reajustou os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência do Aeroporto Internacional de Viracopos. As tarifas de embarque doméstico e internacional sofreram reajuste de 7,5747%, e às tarifas de armazenagem e capatazia, correspondentes aos tetos tarifários máximos constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, aplica-se um reajuste de 8,8944%, e passam a valer em 30 dias após a aprovação.

ii) 3ª emissão de Notas Promissórias - Concer

Em 20 de julho de 2015, a controlada Concer concluiu a captação de R\$210,0 milhões, através da 3ª emissão de Notas Promissórias. A emissão será corrigida por CDI mais spread de 2,0% a.a., e os recursos serão utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:				Posição em 30 de junho de 2015 (Em Mil Ações)		
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	25.966	14,75	-	-	25.966	14,75
João Villar Garcia	62	0,04	-	-	62	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.950	1,11	-	-	1.950	1,11
Miguel Ferreira Aguiar	1.430	0,81	-	-	1.430	0,81
Wilson Piovezan	1.050	0,60	-	-	1.050	0,60
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Sandro Antônio de Lima	13	0,01	-	-	13	0,01
Vinci Partners	14.199	8,07	-	-	14.199	8,07
QVT Financial LP (i)	10.307	5,86	-	-	10.307	5,86
Ações em tesouraria	326	0,19	-	-	326	0,19
Outros	22.347	12,68	-	-	22.347	12,68
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de junho de 2015 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de junho de 2015						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	61.800	0,04	-	-	61.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.950.200	1,11	-	-	1.950.200	1,11
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	16.565	0,01	-	-	16.565	0,01
Diretoria	613.077	0,35	-	-	613.077	0,35
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	326.400	0,19	-	-	326.400	0,19
Ações em circulação	46.835.954	26,60	-	-	46.835.954	26,60
Total	176.000.000	100	-	-	176.000.000	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2014						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	66.800	0,04	-	-	66.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,78	-	-	1.374.600	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	222	0,00	-	-	222	0,00
Diretoria	600.259	0,34	-	-	600.259	0,34
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	47.762.115	27,14	-	-	47.762.115	27,14
Total	176.000.000	100	-	-	176.000.000	100

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente para o período de três meses e seis meses, findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii. e nº 10, a Companhia continua em fase de negociação para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de “Participações a comercializar” e “Ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2015.

Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de agosto de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 12 de agosto de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de agosto de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 12 de agosto de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores